

Org.
Jader Silveira

SOCIEDADE em FOCO

Explorando as Ciências Sociais

v1
2023

EDITORA
ÓPERA



Org.
Jader Silveira

SOCIEDADE em FOCO

Explorando as Ciências Sociais

v1
2023

EDITORA
ÓPERA



© 2023 – Editora Ópera

www.editoraopera.com.br

editoraopera@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Ópera

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silveira, Jader Luís da
S587s Sociedade em Foco: Explorando as Ciências Sociais - Volume 1 /
Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora
Ópera, 2023. 100 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-85284-17-2
DOI: 10.5281/zenodo.10429784

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Estudo e ensino. I. Silveira,
Jader Luís da. II. Título.

CDD: 300.7
CDU: 301

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraopera.com.br
editoraopera@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraopera.com.br/2023/12/sociedade-em-foco-explorando-as.html>



AUTORES

**ANA MARIA CARVALHO CRUZ VATIN
DIEGO PITA RAMOS
FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO
HARON BARBERIO FRANCELIN
IURI NOBRE DOS SANTOS
IVANA LÚCIA DA SILVA
JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO
LAIS SPINOLA PINHEIRO
SARA FRANÇA SPINOLA
VON KLAUS DANTAS BEZERRA**

APRESENTAÇÃO

No cerne da complexidade humana, encontramos uma teia intrincada de relações, comportamentos e estruturas que moldam a sociedade em que vivemos. As Ciências Sociais emergem como o prisma através do qual essa teia pode ser observada, analisada e, em certa medida, compreendida. "Sociedade em Foco: Explorando as Ciências Sociais" aborda os mecanismos subjacentes à vida em sociedade.

Desde tempos imemoriais, o ser humano tem buscado entender a si mesmo e aos seus semelhantes. As questões relacionadas à identidade, pertencimento, poder e transformação sempre estiveram no epicentro das reflexões humanas. Contudo, é somente através de uma abordagem científica que podemos vislumbrar respostas fundamentadas, despidas de preconceitos e baseadas em evidências.

A relevância das Ciências Sociais na atualidade não pode ser subestimada. Em um mundo cada vez mais interconectado e complexo, compreender as dinâmicas sociais torna-se imperativo para forjar caminhos sustentáveis e equitativos para o futuro. "Sociedade em Foco" serve como uma bússola, orientando-nos na navegação pelos intrincados labirintos da condição humana.

Esperamos que esta obra sirva como um catalisador para diálogos construtivos, descobertas enriquecedoras e, acima de tudo, para uma compreensão mais profunda e empática do mundo que habitamos.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 O CONTENCIOSO SIMBÓLICO DA OPERAÇÃO LAVA JATO: OS PRODUTORES DO SENTIDO DA CORRUPÇÃO <i>Haron Barberio Francelin</i>	8
<hr/> Capítulo 2 EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES <i>Iuri Nobre dos Santos; Ana Maria Carvalho Cruz Vatin</i>	29
<hr/> Capítulo 3 INTERDIÇÃO DE MULHERES EM MODALIDADES ESPORTIVAS <i>Francinaide de Lima Silva Nascimento; Ivana Lúcia da Silva; Von Klaus Dantas Bezerra</i>	49
<hr/> Capítulo 4 ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA NO CAMPO: O CONSULTOR NO PROGRAMA BAHIA PRODUTIVA <i>Diego Pita Ramos</i>	69
<hr/> Capítulo 5 GOVERNANÇA TERRITORIAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO: O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL SUL <i>Sara França Spinola; Jucileide Ferreira do Nascimento; Lais Spinola Pinheiro</i>	84
<hr/> AUTORES	98



Capítulo 1
**O CONTENCIOSO SIMBÓLICO DA OPERAÇÃO
LAVA JATO: OS PRODUTORES DO SENTIDO DA
CORRUPÇÃO**
Haron Barberio Francelin

O CONTENCIOSO SIMBÓLICO DA OPERAÇÃO LAVA JATO: OS PRODUTORES DO SENTIDO DA CORRUPÇÃO

Haron Barberio Francelin

Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Possui Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Central Paulista. (2022). Possui Mestrado pela Universidade Federal de São Carlos no Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGPOL (2023). Atualmente faz parte do Programa de Pós Graduação em Ciência Política -PPGPOL na qualidade de doutorando. Atualmente tem como linha de pesquisa o Supremo Tribunal Federal (STF) através da metodologia prossopografica e das dinâmicas de recrutamento, no recorte pós-democratização; Contato: haron540@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo analisa a tradução midiática da Operação Lava- Jato no período 04/03/2016 a 07/05/2018. Para isso foi necessário um estudo prévio das distintas noções de corrupção dentro da Ciência Sociais, assumindo uma determinada premissa, essa associada ao paradigma simbólico do fenômeno que circunscreve múltiplos agentes, em um momento de crise na crença do Oficial e do Universal (BOURDIEU,2014), binômio de sustentação do Estado. Escolheu em razão do conceito de elites (SAINT MARTIN,1995) os agentes que participavam desse espaço social e os descreveu estatisticamente através de suas propriedades sociais de modo a confeccionar aproximações e distanciamentos entre eles. Feito esse plano de fundo do fenômeno, analisou como os agentes sociais da mídia especializada em específico se relacionam na construção da apuração jurídica da corrupção através da tradução linguística do fenômeno, suas tomadas de posição e se as mesmas reservavam uma forma previamente articulada correspondente.

Palavras-chave: Corrupção. Elites. Mídia. Lava-Jato.

ABSTRACT

This article analyzes the media translation of the Lava-Jato Operation from 03/04/2016 to 05/07/2018. For this, a previous study of the different notions of corruption within Social Science was necessary, assuming a certain premise, this one associated with the

symbolic paradigm of the phenomenon that circumscribes multiple agents, in a moment of crisis in the belief in the Official and the Universal (BOURDIEU, 2014), state support binomial. He chose, based on the concept of elites (SAINT MARTIN, 1995), the agents who participated in this social space and those statistically described through their social properties in order to create approximations and distances between them. With this background of the phenomenon, analyzed how the social agents of the specialized media in specific related in the construction of the legal investigation of the regulation through the linguistic translation of the phenomenon, their positions taken and if they reserved a corresponding previously articulated form.

Keywords: Corruption. Elites. Media. Lava- Jato.

Introdução

O Brasil do início do século XXI passou por uma transformação no seu desenho institucional e social, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) que tinha sido derrotado nas eleições pretéritas ao executivo, a partir de 2003 assumiu a presidência do país e se manteve durante quatorze anos no governo, inicialmente por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em seguida por Dilma Rousseff (2011-2016). Esse período político deu ensejo a uma larga transformação em diversas dimensões do mundo social e político.

Tendo em vista esse cenário nos limitamos a análise e compreensão de um fenômeno em específico, a saber, a construção dos bens simbólicos deste tempo atrelados às investigações da Operação Lava Jato; isto é, quais os mecanismos adotados pela mídia especializada que mobilizou em certo sentido uma transformação da imagem do Partido dos Trabalhadores e trouxe a corrupção ao centro do debate público (OLIVEIRA, 2017).

A Operação Lava Jato foi uma investigação política/jurídica que duraram sete anos. Com início em 17 de março de 2014 e término em um de fevereiro de 2021, foram realizadas nesse período 79 operações sobre esquemas de propina e corrupção. As investigações se deram tanto em território nacional como internacional. O seu nome é devido à primeira investigação, que deu origem às demais, realizada em um lava a jato de veículos.

Nomes influentes do sistema político e econômico foram denunciados nesse período, mormente o primeiro escalão do poder Executivo e Legislativo, a chefe de

grandes construtoras e empresas, bem como diretores de grandes estatais, como a Petrobras, alinhando uma vasta popularização e aceitação da OLJ pela sociedade, com manifestações apoiando os agentes públicos que presidiam as investigações e os julgamentos.

Isto posto, propõe entender como pergunta estrutural: Os traços constitutivos que operam em certo sentido na tradução da Operação Lava Jato pela mídia especializada? Para tanto é necessário constituir em razão de suas propriedades sociais os agentes em destaque que se vinculam a essa tradução midiaticizada (SEEFELD; RESE, 2020); tal critério de seleção obedece a noção de elites (SAINT MARTIN, 1995) em face dessas condicionantes sociais buscar fundar indícios de um determinado padrão prático nas construções linguísticas, que reservem em certo sentido uma forma estruturante de tomada de posição dos agentes midiáticos, que tem a responsabilidade de traduzir esse evento jurídico e investigativo.

Toma como premissa que os contextos de crise na oficialidade e universalidade leiam-se as certezas que sustentam a crença no Estado (BOURDIEU, 2014) são momentos oportunos, em que se abre um jogo duplo, triplo (DEZALAY, GRANTH, 2015) entre espaços sociais distintos para a conquista desses capitais pontualmente ofertados, despertados esses por um choque simbólico entre elites divergentes.

O fato social corrupção é o condicionamento visceral que correlaciona distintas elites sociais a esse espaço social específico que os escândalos políticos fornecem. Como retrato dessa configuração pode ainda se alinhar que os agentes relacionados a esse processo de escandalização (GRUN, 2016) tem uma interdependência na estrutura do fenômeno, ao passo que sustentam o mesmo "token" simbólico.

Assim, na primeira seção buscou levantar o inventário teórico relativo à produção epistêmica do problema da corrupção, sua apreensão metodológica e os limites que de alguma maneira o conceito produz. A segunda seção por sua vez descreveu os processos de quebra na crença da instância Estada, e, por conseguinte os espaços de alargamento na ótica da tradição "bourdieusiana" correlacionando a Lava Jato nesse prisma fenomenológico, a noção de elite (SAINT MARTIN, 1995) e o método de escolha de elites (CODATO, 2015), constituindo um plano bidimensional de similaridade e distância entre as elites relacionadas com a corrupção, na posição dos seus agentes.

Em face dessa configuração relacional dos agentes, na terceira seção deu-se ênfase na linguagem enquanto forma de poder, e nos processos de mediação que conferem aos agentes da mídia a capacidade de construção da realidade e de posicionar os agentes em razão de um artefato linguístico e moral a *"corrupção"* em sede do método de análise de conteúdo, procurou dispor de algum modo as escolhas linguísticas de Flávio Ferreira, da Folha de S. Paulo, e Ricardo Brandt, do Estadão, em frequência e relacionadas à corrupção.

Sendo assim, a respectiva pesquisa foi construída em: 1- As Ciências Sociais e a corrupção; capítulo 2- O espaço social do escândalo político e análise de correspondência múltipla; capítulo 3- A construção simbólica da Operação Lava Jato e a análise de conteúdo; 4- Considerações finais.

1- As ciências sociais e a corrupção

Pensar em corrupção é ter a consciência de estar diante de um objeto polissêmico, cuja formulação conceitual encontra repouso em diversas searas da produção de conhecimento. Não obstante, essa disputa pela noção hegemônica em si já denotaria outro objeto de pesquisa.

Por ser um conceito normativamente dependente, ele está relacionado à disputa sobre a interpretação das regras e dos princípios que estruturam a vida pública e, por consequência, apontam o que é e o que não é corrupção. Essa disputa ocorre em diferentes campos, como é o caso do campo da representação política, o campo jurídico, o mercado e a mídia. Esses campos absorvem perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas para o entendimento das regras e dos princípios e promovem uma compreensão da corrupção conforme essa disputa por valores. Essa disputa ocorre, sobretudo, em torno dos sentidos e dos significados da ação política e em torno do modo como se pode enquadrar diferentes casos como corrupção (AVRITZER, FILGUEIRAS, 2011, p. 12).

Com base no arcabouço teórico estudado, pode-se dividir o conceito de corrupção em dois momentos históricos distintos. O primeiro do início do século XX, alinhado a uma noção subjetiva e moral, manifestada, sobretudo em um inventário teórico ensaístico, pouco experimental. Já o segundo, a partir do final dos anos 50 até os dias atuais. Tendo uma transformação quanto à análise da corrupção se relacionando com diversas esferas da produção de conhecimento social, os quais

disputam sua real definição, a saber, dinâmicas econômicas, sociais, culturais, simbólicas etc. Assumindo aqui a nomenclatura de óptica híbrida.

Desse modo, o primeiro momento histórico da corrupção está relacionado a uma tradição de análise essencialista e moralista, cuja percepção nutre-se pouco de recursos metodológicos e de elementos de teste hipotético. Formula-se, sobretudo, uma espécie de ensaio sobre noções de uma subjetividade do agente do Estado. Inaptidão efetuada por um politeísmo de valores que impediria a racionalização e burocratização das instituições. Essa composição subjetiva e cultural manifestada pelos agentes afetaria o desenvolvimento dos preceitos da legalidade, impessoalidade e neutralidade, isto é, existe um teor moral que conduziria a condução de um Estado desejado.

Nessa linha de influência pode-se destacar no caso brasileiro a forte influência da noção de patrimonialismo vinculado com a corrupção, cuja prática cria relações indiretas nas redes sociais que compõem uma estrutura de poder propicia a valorizar o interesse privado em face do público. “A incorporação do conceito weberiano de patrimonialismo, no âmbito de algumas interpretações do Brasil, normalmente é o foco analítico para o problema da corrupção” (FILGUEIRAS, 2009, p. 388).

A análise da corrupção foi muito influenciada por essa perspectiva, ao passo que o entendimento moral do brasileiro, principalmente o servidor público, ainda se opera hoje sob essa lógica. Os efeitos da incorporação do homem cordial, e do jeitinho (HOLANDA, 1936, p.146) como premissas têm por termo disposto muitas linhas de pesquisas a buscar respostas essencialistas ao problema da corrupção.

Pondera-se, no entanto, que as condições de experiência aos produtores de conhecimento do início do século XX não possibilitaram a eles uma capacidade instrumental para o desenvolvimento de maiores inferências, ao passo que essas noções eram especulativas em suas medidas. De modo que se encarada da forma assinalada deveria ser uma noção de partida e não de chegada, como se apresenta.

Em face de essas necessidades objetivas, a noção de corrupção expandiu seu núcleo de perspectivas. Sublinha que esse alargamento em certos sentidos foi problemático, ao passo que viabilizou uma dispersão conceitual com base na exigência prática de mensurar e comparar o fenômeno.

Sublinha que esse alargamento em certos sentidos foi problemático, ao passo que viabilizou uma dispersão conceitual com base na exigência prática de mensurar e comparar o fenômeno, é plausível situar as correntes majoritárias de análise que produzem as noções de corrupção, perpetuadas, sobretudo, a partir dos anos 50. Alberto Vanucci e Fernando Rios Petrarca (2021), em substantiva contribuição acerca das tradições analíticas envolvidas na corrupção, mapearam três paradigmas centrais: o econômico, culturalista e neoinstitucionalista.

A noção de corrupção funcionalista tem uma leitura utilitarista do fenômeno da corrupção (ROSE-ACKERMAN, 1978). Preza pelo entendimento da racionalização dos custos e benefícios dos agentes nos processos de tomada de decisão. O sistema de oportunidades institucionais nessa ótica possibilita aos agentes calcularem seus benefícios e perdas. De modo a procurar a maior oferta de ganhos privados rentáveis.

Já a noção culturalista sublinha a importância das interações sociais sustentadas pela história cultural, fator que influencia na corrupção. Em determinadas culturas existe maior ou menor repulsa, em virtude do *ethos* compartilhado culturalmente. Utiliza-se como método a comparação entre cenários distintos, através de indicadores de evolução. As sociedades que não incorporaram valores do desenvolvimento e da modernidade democrática têm uma cultura arcaica, que eticamente impossibilita o combate à corrupção.

A noção econômica está sedimentada nos mecanismos que presidem as trocas dentro do escopo institucional, cuja forma está modulada pelas normas de controle consensuais entre os três poderes. Ela analisa as formas de funcionamento direto e indireto que constroem os códigos e regras que constituem as práticas dentro de uma determinada instituição. Os indicadores dessa noção têm vínculo com instrumentos de *accountabilities* – horizontal e vertical (O'DONNELL, 2011). Além dessas noções selecionadas pelo parâmetro Alberto Vanucci e Fernando Rios Petrarca (2021) pode-se incluir ainda a noção atrelada aos sistemas simbólicos e a relacionada com aspectos majoritariamente morais como enquadramentos relativos à corrupção.

A corrupção sustentada pelos sistemas simbólicos adverte que o fenômeno da corrupção tem como condicionante sua percepção social, ou seja, ela é efeito de um processo arraigado em estruturas de poder e produção de sentidos. Há, portanto, uma distância entre a prática e a codificação, relação influenciada por

características de instrução social partilhada, que se alterna em conformidade com as condições de experiência e existência. Nessa leitura a noção de corrupção está vinculada à transdução do fenômeno por agentes socialmente chancelados para esse papel (GRUN, 2016). O substrato dessa revelação na seara pública seria o escândalo político.

“O escândalo político deve seu lado dramático ao fato de que joga com essa propriedade do ser oficial que deve agir oficialmente, e, quando ele começa a aparecer em público ou a ser revelado como tendo operado a apropriação privada do personagem público, é o patrimonialismo, o nepotismo, todos os desvios do capital simbólico coletivo em proveito da pessoa privada (BOURDIEU, 2014, p. 86)”

[...]

Escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública (THOMPSON, 2002, p. 40).

Por fim, a noção moral de corrupção é constituída pela análise dos consensos normativos sociais que funcionam como recursos de justificação e expectativa das condutas sociais. As práticas, contudo, seriam referendadas através dessas normas, cuja produção se dá em jogos de disputa comunicativos entre os indivíduos (HABERMAS, 2002). Essa disposição na ótica de Charles Taylor (2014) culmina para criar duas normativas morais ao fenômeno da corrupção. A da excelência e a do cotidiano, que, embora de lógicas distintas, elas se entrelaçam nas escolhas dos agentes e das instituições, cada ação dos agentes é em paralelo a determinados juízos morais. O juízo moral de excelência e o juízo moral do cotidiano. O juízo moral de excelência remete a princípios universais de valores abrangentes de lógica aristotélica. Eles são o último estágio dos valores comuns, de ordem universal e idealizada. Determinados valores políticos maiores, como por exemplo, o decoro, a honestidade e os valores cívicos. Por seu turno, o juízo moral do cotidiano está relacionado aos sentidos de oportunidades vinculados às dinâmicas de solidariedade. O agente pondera em associações completamente privadas à moral do seu ato, face ao outro ou a uma instituição, obedecendo às suas necessidades vitais.

Não é sereno afirmar que exista uma teoria geral da corrupção (FILGUEIRAS, 2006; 2009), bem verdade porque é um objeto recente no plano epistemológico, tendo suas primeiras análises sistêmicas a partir de 1950, mas não só por essa razão. Leonardo Avritzer e Fernando Filgueiras (2011) denominam o aspecto normativo dependente da noção de corrupção, em razão da mesma

transitar entre diversos espectros do conhecimento, a saber, tal fluidez é uma particularidade que impõe a obrigatoriedade de estar sempre em relação a um determinado recorte, seja econômico, político, sociológico, jurídico ou mesmo psicológico.

Portanto, a linhagem de enquadramento da corrupção nesta pesquisa é circunscrita ao momento do escândalo político. Nela as posições dos agentes, bem como a mobilização dos recursos de poder que possuem, tornam-se mais objetivos e objetivados. No mais, acresce que atualmente os agentes dispostos no espaço social público tiveram uma ampliação de visibilidade.

2. O espaço social do escândalo político e a análise de correspondência múltipla

A determinação de um espaço social é, face ao objeto, um desafio. Não obstante o critério de escolha deve obedecer a uma lógica plausível de influências constitutivas na estrutura do sistema. Os agentes ou as estruturas sociais que compõem de maneira relacional esse espaço devem em algum sentido ser responsáveis pela estruturação de sua totalidade.

Nesse liame, é necessário um gênero de reflexão prévia que substancie um arcabouço instrumental teórico e metodológico para a seleção dos agentes. Dessa forma, dois aspectos devem ser considerados: o primeiro é a característica particular do objeto; o segundo a conformação entre a seleção dos agentes com uma base teórica e metodológica que corresponda às pretensões da pesquisa.

A Operação Lava Jato possui um desenvolvimento sincrético e multidimensional no mundo social, constituindo em certo sentido um espaço social, com disputas de poder pelas instâncias jurídicas, políticas, midiáticas e do mercado. A noção de jogo duplo construída por Yves Dezalay e Bruno Granth (2015) que descreve que certos eventos históricos produzem tal dinâmica dupla, ou tripla entre campos relativamente autônomos, porém ocasionalmente por uma razão em comum pontualmente interdependentes. Dado que proporciona a capacidade de análise multidimensional. Lacuna objetiva que dispõe recursos de poder que só se apresentam oportunamente em momentos de crise (DEZALAY, GARTH, 2015). Pontua-se que a corrupção é o embrião dessa crise que institui tal espaço.

O segundo aspecto a ser levado em consideração é a importância desses agentes na formação desse espaço social multidimensional. Selecionou esses agentes com a premissa qualitativa de serem as elites das suas respectivas classes ou frações de classe. Isso se deve ao fato de que se situam em posições de decisão, controle e poder quando comparados aos demais. Além de terem um acúmulo de volume e estrutura de capital diferencial (SAINT MARTIN, 1995, BOURDIEU, 2007). Desse modo, os agentes sociais aqui escolhidos representam a faceta dominante de sua estrutura. O posicionamento dirigente não é estático, tendo por importe uma articulação de mecanismos que influenciam as estratégias de legitimação, buscando perpetuar os agentes dirigentes nessas posições, ou modificar benéficamente sua posição sincrética (SAINT MARTIN, 1995).

O “evento” Lava Jato abriu uma oportunidade pontual para determinadas elites, principalmente a jurídica e midiática, de se evidenciar, maximizando sua reconversão (SAINT MARTIN, 1995). Adriano Codato (2015) lança mão, em Metodologia para a identificação de elites: três exemplos clássicos, de profícua análise sobre os padrões analíticos que comportam a seleção de elites. Neste timbre, o autor designa três padrões de análise para identificar posições dirigentes, a saber, o método posicional, decisional e reputacional. Tais métodos podem ser utilizados tanto de maneira única ou combinados, a expressão do objeto dá a dimensão de qual correlação metodológica é mais coerente, haja vista a qualificação dos agentes, estruturas e classes sociais.

Assim o método posicional assume uma característica mais formalista, ou seja, associa a posição de elite, a colocação em postos de regência dentro da estrutura institucional. Por seu turno, o método decisional expande as dimensões do poder do método pretérito. Em boa medida ele articula que a eficiência de controle, fiscalização e gestão não estão vinculadas apenas ao âmbito formal e institucional. Já o último método denominado de reputacional é dividido em dois procedimentos. O primeiro consiste em selecionar os agentes em posições hierarquicamente dirigentes através do recorte formal, posteriormente aplicar essa lista a especialistas, que fornecem um filtro naqueles que são os que majoritariamente se destacam, segundo seu ponto de vista.

Com base nesses padrões analíticos é possível aplicar uma seleção com critérios plausíveis, em face dos agentes sociais selecionados. Nesta pesquisa será combinado o método posicional e decisional. A Análise de Correspondência Múltipla,

tentáculo da Análise Geométrica de Dados, método muito utilizado na tradição que me alinho, não obstante tabulado por Jean Paul Benzécri (1992), permitiu a disposição dos dados qualitativos em razões quantitativas de maneira estrutural, multidimensional e relacional.

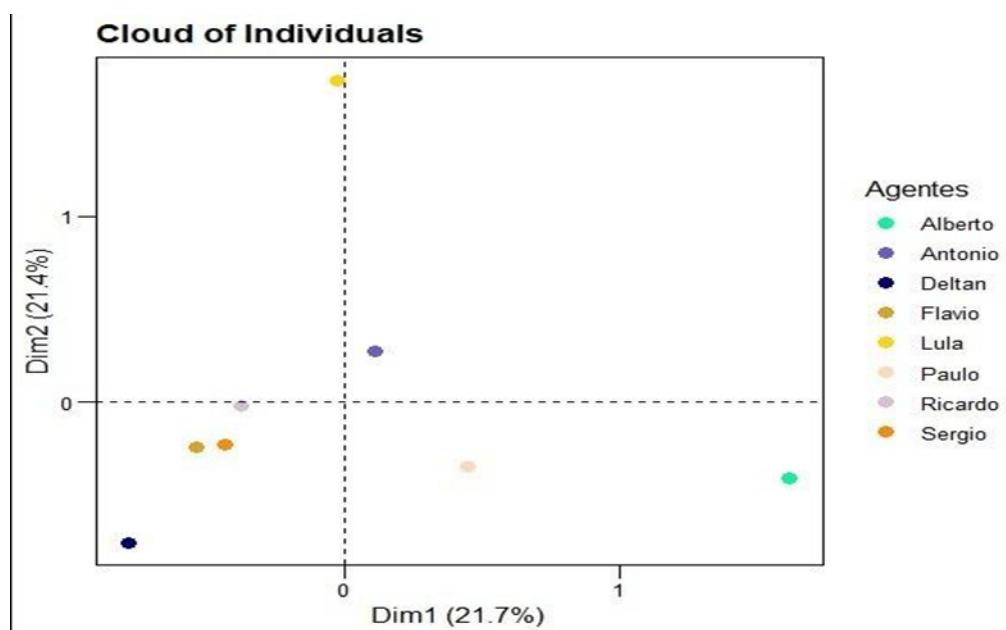
A fórmula constitutiva das propriedades sociais através da inferência de variáveis objetivas possibilita constituir o *habitus* dos agentes. Isto é, o *habitus* como premissa epistemológica cerceia as arestas da dicotomia entre estruturas sociais e agentes, ao passo que aproxima as condições dispositivas dos agentes das exigências dispositivas das estruturas sociais. Neste termo toma-se como recurso heurístico os agentes sociais representados pelos indicativos de seus *habitus* (BOURDIEU, 2007).

Dessa maneira, com o objetivo de sedimentar o *habitus*, na expressão das propriedades sociais de existência, os grupos: A (Sérgio Moro, Deltan Dallagnol) sendo juiz e procuradores responsáveis por boa parte das investigações da Operação Lava Jato; B (Flávio Ferreira, Ricardo Brandt) foram os jornalistas especializados que cobriram a Operação Lava Jato em veículos de comunicação de massa, Folha de São Paulo e Estadão; C (Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa) eram operadores dos esquemas de corrupção um da iniciativa privada, outro agente público; D (Luiz Inácio Lula da Silva, Antônio Palocci) ocuparam cargos de alta hierarquia no executivo, a saber, presidente da república e ministro da fazenda.

Tal posicionamento desses agentes esta descrito através das seguintes variáveis: Sexo, nas modalidades: Masculino e Feminino; Religião: Católico, Protestante, Islâmico, sem religião determinada; Estado Civil: Solteiro, Casado, viúvo e divorciado; Profissão, nessa variável foi processo de recodificação para dar tangibilidade nos dados, O caminho escolhido foi recodificar pela via da métrica qualitativa entre profissões: liberais e de carreira, as primeiras àquelas que não exigem aprovação em prova de competência para seu exercício, e a outra o seu oposto, necessitando de concurso ou prova de competência específica para seu exercício

A variável Rede e estrutura familiar codificaram-se nas modalidades: relação direta, indireta e não possui relação. A relação direta é característica quando o agente e seus descendentes familiares possuem a mesma ocupação profissional. Na relação indireta é característica a mesma forma qualitativa de ocupação profissional (Liberal/Carreira), porém de profissões distintas e, por fim a modalidade

“não possui relação” e aqueles cuja relação não guarda nenhum rastro de relação. Já a Região de Origem foi dividida nas modalidades geográficas Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A variável escolaridade tem ligação com o capital cultural possuído, esse incorporado através das trajetórias institucionalizadas dos agentes, dividido através da hierarquia tradicional: ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e pós-graduação. A última variável, títulos de consagração, foi recodificada em modalidades relacionadas com a quantidade de títulos conquistados, ou seja, a validação qualitativa do título não foi posta à prova. Dessa forma dividiu-se em quatro frequências de modalidades: aqueles que não possuem prêmios, os de baixa frequência àqueles que possuem 1-3 títulos; média frequência 3-6 e por último os de alta frequência, que têm mais de 6 títulos.



Quanto a ACM dos porta-vozes da Lava Jato pode-se através do posicionamento desses agentes postular quatro inferências a) a extremidade dos agentes acusados e do agente acusador b) a proximidade dos agentes da elite midiática e jurídica c) a disparidade de Luiz Inácio Lula da Silva dos demais d) a coerção posicional dos agentes e suas respectivas classes.

Luiz Inácio Lula da Silva e Alberto Youssef reservam uma distância significativa do agente responsável pela presunção penal, Deltan Dallagnol, sugerindo com isso um indicativo de uma divergência de *habitus* que ultrapassa o simples limite puro da mera denúncia institucionalizada nos preceitos da

institucionalidade. O segundo apontamento indica uma similaridade nas condições de existência entre os agentes da elite da mídia especializada e do judiciário, ao passo que ambos ocupam o mesmo quadrante no plano. A terceira informação que o plano nos traz é a disparidade do agente Luiz Inácio Lula da Silva quando comparado aos demais, isso reverbera em uma condição de outsider (ELIAS,2000), isto é, um agente que quanto comparado aos outros não possui os mesmos recursos de legitimidade. Por fim, a última inferência apontada do plano cartesiano é a correspondência entre os agentes sociais e suas classes, o que conduz que exista uma correlação com certa força entre as disposições dos agentes e as condições exigidas na posição que ocupam.

Sendo assim, os traços genealógicos quando assumem a forma situacional do plano cartesiano, aportam para indicativos de uma determinada forma estrutural nas condições de existência e trajetórias pessoais dos agentes, a saber, de alguma maneira se vislumbra uma proximidade significativa entre as elites da mídia especializada e a jurídica, condicionante que em certo sentido produz uma afinidade eletiva entre os mesmos. Afinidade essa muitas vezes manifestada de maneira inconsciente e regida pelos *habitus* que de certo modo tem traços constitutivos semelhantes.

3- A construção simbólica da Operação Lava Jato e a análise de conteúdo

Ao analisar o discurso da Operação Lava Jato, é possível identificar as construções simbólicas que são utilizadas para transmitir valores e crenças específicas sobre corrupção, justiça e moralidade. Por exemplo, a utilização frequente de termos como "lava jato", "combate à corrupção" e "juízes heróis" pode transmitir a ideia de que a operação é uma forma de limpar o país da corrupção e de punir os responsáveis por ela.

Pierre Bourdieu (1996) avança em sua investigação sociológica da importância da linguagem enquanto forma e função representativa do mundo social. Enquanto forma, é profícuo o entendimento de que a linguagem representa um modo de consenso solidário e comunicativo que impõe um determinado inventário representativo para os agentes em um mesmo contexto factual, de tal modo que os circuitos linguísticos são estruturados e estruturantes das disposições.

Bourdieu (1996) também afirma que os campos são construídos e mantidos por meio de sistemas simbólicos, que permitem a legitimação das posições e dos recursos disputados pelos agentes. Por exemplo, no campo artístico, os sistemas simbólicos incluem a crítica, os museus, as galerias de arte, entre outros, que ajudam a legitimar e valorizar as obras de arte e os artistas. Assim, os sistemas simbólicos são fundamentais para a construção e manutenção dos campos, e sua análise é essencial para compreender as relações de poder e luta presentes em cada campo específico.

Põe em evidência que o percurso metodológico para descrever como se traduzem as narrativas da mídia especializada sobre a Operação Lava Jato será através da análise de conteúdo das manchetes e textos auxiliares produzidas pelos agentes: Flávio Ferreira da FSP e Ricardo Brandt do Estadão entre o período de 4/3/2016-7/5/2018.

O Museu da Lava Jato ¹foi um consórcio de informações criado por diversos jornais: Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo, El País, dentre outros, para documentar a história da OLJ, de modo que cada jornal disponibilizou a totalidade de suas matérias produzidas nas 79 fases da operação, tal banco de dados possibilitou o acervo de informações exploradas.

O período analisado teve como amostragem 13.500 (treze mil e quinhentas) matérias produzidas pelo jornal Estadão e 4.609 (quatro mil seiscentos e nove) matérias produzidas pela Folha de S. Paulo. Em procedimento pré-analítico, selecionou apenas as matérias produzidas pelos agentes objetos da pesquisa, sendo 1.600 (mil e seiscentos) produzidas por Ricardo Brandt do Estadão e 95 (noventa e cinco) por Flávio Ferreira da Folha de S. Paulo.

¹ O projeto é uma iniciativa de um grupo de juristas, jornalistas e historiadores que pretende legitimar a memória popular sobre a operação que passou de uma iniciativa de grande apelo popular para um grande escândalo internacional a partir do conluio entre procuradores e magistrados. O espaço virtual sustentará três pilares. O primeiro deles é o Centro de Documentação da Lava Jato, que reunirá um imenso acervo sobre a operação e seus desdobramentos. São duas estruturas que se complementam: os acervos jurídico e jornalístico. Neste centro de documentação, com acesso gratuito, é possível encontrar toda a repercussão dada pela imprensa às fases da Operação Lava Jato e também os processos e peças jurídicas. Todo esse acervo, com fácil acesso para pesquisa, ficará à disposição para a produção científica de pesquisadores de todo o país que desejem utilizar a base dedada reunida ao longo dos últimos meses. Fonte: [HTTPS://museudalavajato.com.br/sobre-o-museu/](https://museudalavajato.com.br/sobre-o-museu/)



A análise de conteúdo subverte a lógica desinteressada da linguagem, ao passo que procura entender os caminhos eletivos da comunicação interessada. “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). Para tanto é profícuo uma descrição analítica sistemática da linguagem e do conteúdo empregado “A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 34).

No mais, a análise de conteúdo nessa sistematicidade configura-se através de ações normativas que dispõem uma determinada forma de tratamento com o objeto analisado. A rigor o método tem uma cronologia a ser obedecida em torno de três polos cronológicos: “1) pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977, p. 95).

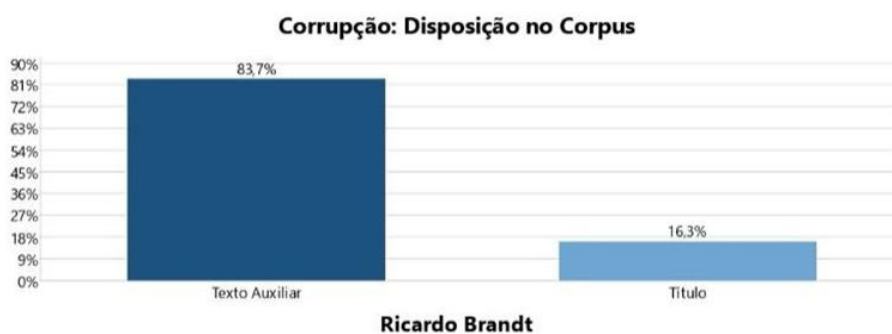
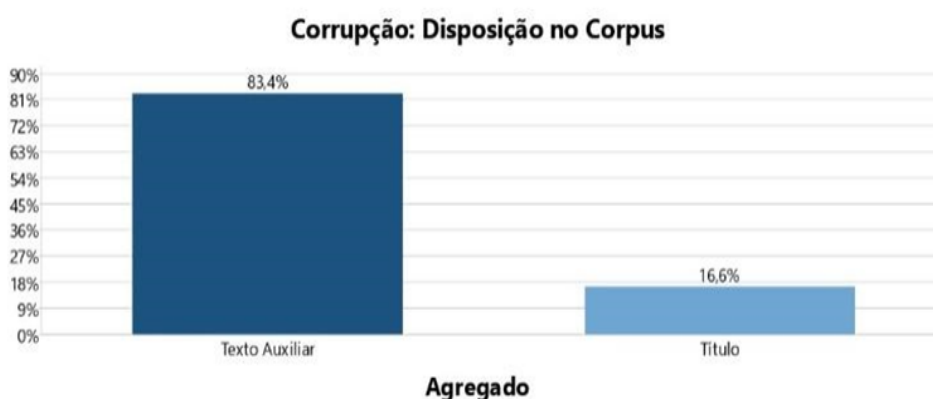
Avança na análise, e toma como premissa, a crise na oficialidade (BOURDIEU, 2007) como objeto que a denúncia de corrupção proporciona no espaço social, fomentando de algum modo uma lacuna objetiva de disputa entre agentes distintos. (DEZALAY, GRANTH, 2015). Torna-se plausível mensurar de alguma maneira como esse artifício denotativo denominado corrupção era disposto na produção da mídia especializada que traduziu o escândalo político.

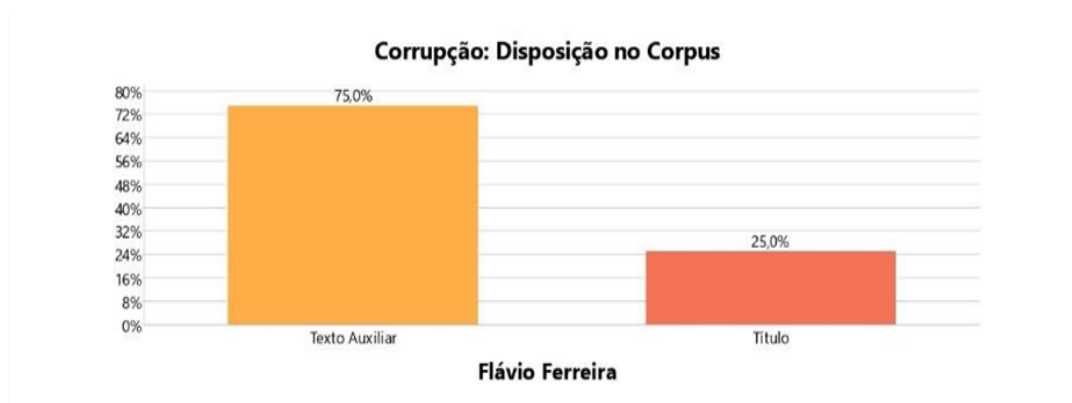
Por meio do software MAXQDA+ testou as hipóteses e objetivos presentes nessa pesquisa. O MAXQDA+ é um software de manipulação de dados qualitativos,

o qual possibilita a mensuração de dimensões hermenêuticas que auxiliam na presunção de codificar frequências, tendências, categorizações, incidências de valência, dentre outras finalidades.

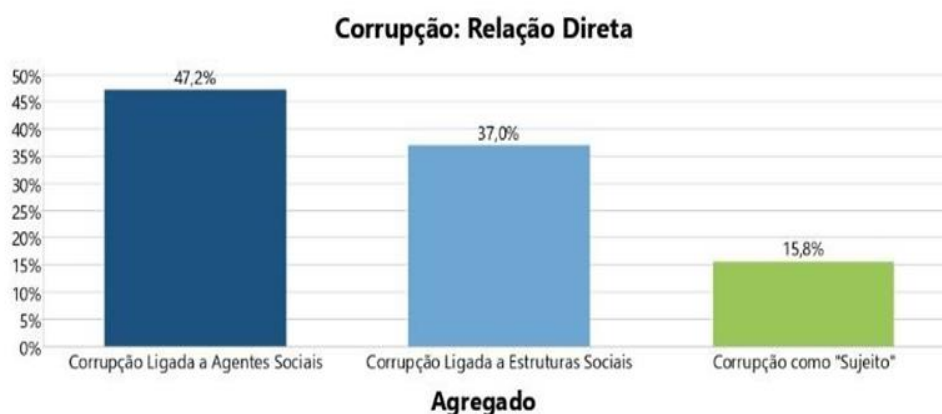
Pondera-se que para esse tratamento não foi necessário um segundo codificador externo, imbuído a produzir a valência dos dados, haja vista que os dados assumidos são categóricos e a pesquisa exploratória. Portanto, por serem dados dessa natureza e não interpretativos, somente a exposição do relatório já foi o bastante para expressar de modo geral a veracidade das afirmações.

Para tanto, primeiramente situou-se o lugar em que a corrupção era apresentada nas matérias, ou seja, se no título ou texto auxiliar, que é a sinopse do fato que se evidencia. Foi necessária essa preparação do material (BARDIN, 1977) para realizar a análise, dado o tratamento consciente, em razão de que os textos auxiliares e os títulos são elementos substantivos das intenções práticas dos agentes. Dessa forma a escolha intertextual dos agentes quanto à apresentação enunciativa da corrupção se deu da respectiva maneira.





Veja que a produção dos agentes em certo sentido é severamente correspondente, traços constitutivos que apontam para uma determinada tomada de posição, quanto a mobilização (CALLON, 1986) da construção narrativa. Trazendo mais especificidade à análise, propôs-se descrever como era a relação textual da corrupção, o modo como ela era associada na tradução da Operação Lava Jato, para tanto dividiu ela em três categorias. A primeira relacionada aos agentes sociais, que é quando a corrupção se associa a agentes posicionados no fenômeno, como por exemplo, as elites situadas nesse espaço social pontualmente criado pela crise do oficial (BOURDIEU, 2014). A segunda quando se relaciona as estruturas sociais que são as instituições, o Estado, ou as empresas que estão dispostas neste plano de denúncia. E terceira quando assume o papel de sujeito, que é quando a corrupção tem a centralidade no enunciado ou no texto auxiliar, atuando como agente da ação. Em face disso obtiveram-se os respectivos dados:



O primeiro apontamento quando analisado no plano agregado é que a associação da corrupção tem sua maior incidência relacionada aos agentes sociais. No entanto, quando descrita em relação aos agentes separadamente, absorve

constatação diversa. Isso se deve ao fato de que em plano agregado a magnitude da produção narrativa de Ricardo Brandt tem peso para atribuição final, quando a respectiva configuração.



Portanto, existe uma diferença significativa entre a produção dos agentes da mídia especializada analisados: enquanto Ricardo Brandt privilegia a corrupção atrelada aos agentes sociais, Flávio Ferreira assume uma maior incidência nas estruturas sociais, e por último aos agentes. Tais indícios condicionam em certo sentido uma diferença expressiva quanto ao *interessamento* (CALLON, 1986). Dessa forma é impreciso apontar que exista um determinado padrão no *habitus* comunicativo dos agentes quanto inferidos pelo artefato linguístico chamado corrupção, ao passo que a ênfase de ambos é divergente.

No mais, em face desses dados não é possível constituir um padrão que reserve certa afinidade eletiva entre ambos, haja vista que o comportamento de

mobilização é diverso. Ou seja, embora o posicionamento do artefato corrupção na estrutura textual reserve correspondência, quando analisada sua aplicação face aos objetos que formam o escândalo político ele apresenta traços distintivos, portanto a tradução midiaticizada (SEEFELD, RESE, 2020) da Operação Lava Jato quando analisada sob o prisma na corrupção é relativamente correspondente entre os agentes analisados como mostrou a trajetória analítica do conteúdo por eles produzido.

Considerações finais

Evidenciada tal trajetória de pesquisa, buscou em certo sentido trazer uma nova chave de análise para a Operação Lava Jato que incluísse em certos aspectos as dimensões constitutivas e práticas dos agentes relacionados com esse evento. Para tanto, ancorou-se na noção de corrupção como ponto de partida, a qual permitiu o entendimento desses fatos sociais que se cristalizam na crise da crença do Estado (BOURDIEU, 2014).

Para tanto buscou responder em duas matrizes analíticas uma instrução em certo sentido probatória de quem eram esses agentes que estavam situados nesse evento, constituídos em fórmulas multicausais sustentadas pelas suas propriedades sociais, formada por variáveis como: religião, estado civil, profissão, rede e estrutura familiar, região de origem, escolaridade, títulos de consagração.

Ato contínuo, voltou-se a atenção a especificidade para uma fração de classe de campo denominado “ campo do escândalo” , a saber, a mídia especializada, através da produção prática desses agentes buscou em certo sentido mostrar a suas tomadas de posição em relação ao artefato linguístico da corrupção, para de alguma maneira sensibilizar um padrão entre as produções jornalísticas.

Revelou-se com esses dados uma significativa diferença entre os agentes: enquanto Ricardo Brandt do Estadão privilegia os agentes sociais em detrimento das demais formas, Flavio Ferreira da Folha de S. Paulo se alinha mais à corrupção nas estruturas, indícios que permitem a inferência que não existam, portanto, elementos significativos para afirmar um certo orquestralmente de *habitus* linguístico, embora em certos aspectos ele se faça presente. Dessa forma, os padrões e traços constitutivos de linguagem na tradução da Operação Lava Jato são, por essa análise, parcialmente arranjados.

Referências

ACKERMAN, R. S. (1978). **Corruption: a study in political economy**. New York: Academic Press, 1978.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENZECRI, J.-P. **Correspondence analysis handbook**. New York: Dekker, 1992.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CALLON, M. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay**. The Sociological Review, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1986.

CODATO, A. **Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos**, 2015.

DE SAINT MARTIN, M. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. Revista TOMO, n. 13, p. 43-74, 1995.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. **A construção jurídica de uma política de notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado da virtude cívica**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 12, n. 23, p. 37-60, 2015.

FILGUEIRAS, F. **A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas**. Cadernos Cedes, 5, 1-29.2006.

_____. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso) , v. 15, p. 386-421, 2009.

_____. e AVRITZER, Leonardo. **“Corrupção e Controles Democráticos no Brasil”**, Revista Dados v.1, n. 1, IPEA (Coleção Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, vol. I), 2011.

GRUN, R. **Da Pizza ao Impeachment**. São Paulo. Editora: Alameda, 2016

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 2002.

HOLANDA, S. B, **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio.1936.

SEEFELD, R; RESE, N. **“Para bom entendedor, meia palavra basta?!”**: um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, p. 124-141, 2020.

TAYLOR, Charles. et al. **“A política do reconhecimento”**. Argumentos filosóficos. Tradução Adail Ubirajara Sobral. –2. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 241-274.

O 'DONNELL, G.. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. Lua Nova, 1998 (44), 1998.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de **Judiciário e Política no Brasil Contemporâneo: Um Retrato do Supremo Tribunal Federal a partir da Cobertura do Jornal Folha de S. Paulo**. Dados, v. 60, n. 4, pp. 937-975. 2017.



Capítulo 2

**EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA REDE
PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO
DE SÃO FÉLIX SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES**

Iuri Nobre dos Santos

Ana Maria Carvalho Cruz Vatin

EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES

Iuri Nobre dos Santos

Discente do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST. Membro dos Grupos de Pesquisa Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento Social, Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Interdisciplinaridade em Saúde. E-mail: iurinobredossantos@gmail.com

Ana Maria Carvalho Cruz Vatin

Mestrado em andamento pelo Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios (PPGPST) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pesquisadora do Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação (GTSSSEDU) Email: anamariacarvalho@aluno.ufrb.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as manifestações da questão social na política pública de educação do município de São Félix, sob a perspectiva da percepção dos professores que atuam na rede municipal de ensino. A questão social refere-se a uma série de desafios e problemas sociais, como desigualdade, pobreza, exclusão social e violência, que afetam a vida das pessoas e, conseqüentemente, têm impacto na educação. No contexto brasileiro, a educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, e os municípios têm a responsabilidade de promover o acesso universal e de qualidade à educação básica. No entanto, a efetivação desse direito enfrenta diversos obstáculos relacionados à questão social, que se manifestam de diferentes formas na política pública de educação. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa qualitativa com professores da rede municipal de São Félix, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram diversas manifestações da questão social na política pública de educação do município, conforme percebidas pelos professores. Em primeiro lugar, os professores apontaram a falta de

recursos e infraestrutura adequados nas escolas como um dos principais desafios enfrentados no cotidiano da educação. Salas de aula superlotadas, falta de material didático e equipamentos básicos comprometem o processo de ensino e aprendizagem. Essa carência de recursos está diretamente relacionada à questão social, uma vez que municípios com menor arrecadação enfrentam maiores dificuldades em investir na educação. Além disso, os professores destacaram a presença de alunos em situação de vulnerabilidade social nas escolas. Crianças e adolescentes que vivem em famílias de baixa renda, em áreas de violência, ou em situação de abandono, muitas vezes enfrentam dificuldades emocionais e psicológicas que afetam seu desempenho escolar. Os professores percebem a necessidade de um apoio psicossocial mais efetivo nessas situações, o que demanda políticas públicas específicas. Outro aspecto relevante identificado pelos professores é a evasão escolar, que está intimamente ligada à questão social. Alunos que enfrentam dificuldades socioeconômicas têm maior probabilidade de abandonar a escola em busca de trabalho ou devido a problemas familiares. Isso representa uma grave violação do direito à educação e exige a implementação de estratégias para prevenir a evasão e promover a permanência dos estudantes na escola. A falta de investimento na formação dos professores contribui para a perpetuação de práticas pedagógicas inadequadas e dificulta a superação dos desafios impostos pela questão social na educação. A presença de alunos em situação de vulnerabilidade, a evasão escolar e a necessidade de valorização dos professores são apenas alguns dos aspectos que exigem atenção por parte das autoridades educacionais e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Educação. Recôncavo. São Félix.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the manifestations of the social issue in the public education policy of the municipality of São Félix, from the perspective of the perception of teachers who work in the municipal education network. The social issue refers to a series of social challenges and problems, such as inequality, poverty, social exclusion and violence, which affect people's lives and, consequently, have an impact on education. In the Brazilian context, education is a fundamental right guaranteed by the Federal Constitution, and municipalities have the responsibility to promote universal and quality access to basic education. However, the realization of this right faces several obstacles related to social issues, which manifest themselves in different ways in public education policy. In this sense, qualitative research was carried out with teachers from the municipal network of São Félix, through semi-structured interviews. The results revealed several manifestations of the social issue in the municipality's public education policy, as perceived by the teachers. Firstly, the teachers pointed out the lack of adequate resources and infrastructure in schools as one of the main challenges faced in everyday education. Overcrowded

classrooms, lack of teaching materials and basic equipment compromise the teaching and learning process. This lack of resources is directly related to the social issue, since municipalities with lower revenues face greater difficulties in investing in education. Furthermore, teachers highlighted the presence of students in situations of social vulnerability in schools. Children and adolescents who live in low-income families, in areas of violence, or in situations of abandonment, often face emotional and psychological difficulties that affect their school performance. Teachers perceive the need for more effective psychosocial support in these situations, which demands specific public policies. Another relevant aspect identified by teachers is school dropout, which is closely linked to the social issue. Students who face socioeconomic difficulties are more likely to drop out of school in search of work or due to family problems. This represents a serious violation of the right to education and requires the implementation of strategies to prevent dropout and encourage students to remain in school. The lack of investment in teacher training contributes to the perpetuation of inadequate pedagogical practices and makes it difficult to overcome challenges imposed by social issues in education. The presence of students in vulnerable situations, school dropout rates and the need for teachers to be valued are just some of the aspects that require attention from educational authorities and society as a Whole.

Keywords: Education. Recôncavo. Saint Felix.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão social é um fenômeno complexo que permeia diversas esferas da sociedade contemporânea, incluindo a política pública de educação. No município de São Félix, essa realidade não é diferente, e a presença das manifestações da questão social na política pública de educação é um tema de grande relevância e preocupação. Neste contexto, é fundamental compreender a percepção dos professores, que atuam na linha de frente do sistema educacional, a respeito das manifestações da questão social e de como estas impactam o ambiente escolar.

Esta pesquisa busca analisar as manifestações da questão social na política pública de educação do município de São Félix sob a perspectiva dos professores. Para tanto, investigaremos como os professores percebem a presença de fatores como desigualdade socioeconômica, violência, precariedade de infraestrutura, falta de recursos, entre outros, dentro das escolas. Além disso, procuraremos compreender como essas manifestações afetam o processo de ensino-aprendizagem, o bem-estar dos alunos e o ambiente escolar como um todo.

A partir dessa análise, será possível identificar desafios e oportunidades para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes no âmbito da educação em São Félix, considerando as necessidades e demandas dos professores, bem como dos alunos e suas famílias. Ao entendermos as percepções dos professores sobre as manifestações da questão social na educação, poderemos traçar estratégias mais adequadas para promover uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade no município.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, contribuir para o debate e a reflexão sobre a relação entre questão social e educação em São Félix, visando à melhoria das políticas públicas educacionais e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Para alcançar esse propósito, realizaremos uma análise aprofundada das percepções dos professores, por meio de entrevistas e levantamento de dados, a fim de compreender as manifestações da questão social na política pública de educação do município e suas implicações para o sistema educacional local.

SÃO FÉLIX, A CIDADE PRESÉPIO: UM POUCO DA HISTÓRIA

Neste item buscarei uma breve abordagem sobre a história de São Félix, local onde está inserida a Escola Balão Mágico. O município está localizado entre Cachoeira e Muritiba, 110 km da capital do estado da Bahia, Salvador. A cidade é composta pela cidade e zona rural (Outeiro Redondo, Esconso, Fazenda Pilar e Fazenda Beija-Flor) e sede. O surgimento do município ocorreu devido a expansão da cana-de-açúcar e o desenvolvimento da indústria fumageira. São Félix também é conhecida por ser uma das cidades protagonistas durante as lutas e mobilização social para a independência do estado da Bahia. (BRASIL, 2011)

A história de São Félix começa com a chegada dos portugueses no Brasil, no ano de 1500, que tiveram os primeiros contatos com os habitantes do país, os indígenas que povoavam o território há séculos. Nesse período quem habitavam esse território era a Nação Tupinambá que povoavam as margens férteis do Rio Paraguaçu.

Em 1534, o município contava com cerca de 20 palhoças habitadas por mais de duas centenas de indígenas. A cidade tem origem a partir desse aldeamento. Ao chegar nessas terras, os portugueses buscaram escravizar esses indígenas,

forçando-os ao trabalho do plantio da cana-de-açúcar, mas a lavoura só começou a prosperar com a vinda dos negros africanos, a partir do ano de 1649. Mas foi apenas a partir de 1615 que os negros escravizados começaram a chegar em terras sanfelixtas. (BRASIL, 2011)

Foi no Paraguaçu que os portugueses começaram a se estabelecer. Eles começaram a se formar em núcleos em Belém e no alto do Porto de Cachoeira, e no alto de São Félix. Os jesuítas foram os fundadores do distrito de Belém e lá criaram um colégio e um seminário ao lado da igreja que até hoje encontra-se na localidade. Em São Félix buscaram construir uma igreja e uma Santa Casa de Misericórdia, onde todos os doentes eram atendidos. (BRASIL, 2011)

Durante as lutas pela independência do estado baiano, em 1822, São Félix teve uma grande importância ao lutar ao lado da heroica Cachoeira. O sangue sanfelixta banhou o solo do Recôncavo para que a independência pudesse ocorrer e que o Brasil pudesse sonhar com a liberdade.

Em dezembro de 1857, o presidente da província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu criou a freguesia de Senhor Deus Menino e São Félix. A essa altura São Félix já era um povoado próspero e possuía um comércio desenvolvido que possuía recursos próprios para se manter. A sede foi considerada como município a partir do Ato Estadual de 25 de outubro de 1890, denominado São Félix do Paraguaçu, mas em 08 de julho de 1931, por um Decreto Estadual, o município passou a se chamar apenas São Félix.

PERFIL DA VIDA DA CIDADE: ECONOMIA E PESSOAS

O último censo demográfico realizado pelo IBGE ocorreu no ano de 2010. O censo estava previsto para ocorrer no ano de 2021, mas por causa da pandemia do novo Coronavírus e do corte orçamentário de cerca de 1,2 bilhões de reais, em um montante de 2 bilhões de reais não será possível. O primeiro censo demográfico ocorreu no Brasil em 1872 e, desde 1920 ocorre decenalmente. Em 1990, durante o governo Collor houve um adiamento, mas ocorreu em 1991².

² A periodicidade decenal foi estabelecida pela Lei 8.184/91, que dispõe sobre a realização dos Censos Demográficos, no mínimo, a cada 10 anos, precisamente por sua importância para a Federação.

Com base em fontes de dados de Instituições Oficiais como: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia (2010) e Estatística e do IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas através do Atlas Brasil (2020), de forma superficial, o perfil e a situação socioeconômica do município de São Félix nos últimos anos utilizando como norte os dados apresentados por essas plataformas.

Os municípios de Cachoeira e São Félix foram, até a metade do século XX, essenciais para o desenvolvimento industrial e agrícola do estado da Bahia, devido ao destaque de entrepostos de mercadorias do Recôncavo. São Félix obteve um maior destaque por ser o último ponto de navegação do Rio Paraguaçu e um dos pontos de partida para as estradas que tinham o sertão como destino. Nessas estradas circulavam os tropeiros que transportavam as mercadorias que abasteciam os locais que possuíam difícil acesso. Diariamente chegava em seu porto mercadorias que vinham do exterior para abastecer o Recôncavo, a região de Feira de Santana, e o sertão baiano. Sendo assim a cidade tornou-se um importante centro urbano “que anunciava às vizinhanças e aos sertões os símbolos da modernidade (MOREIRA, 2002 *apud* SANTOS, 2009, p. 57).

A era ferroviária gerou uma transformação inestimável para a região na segunda metade do século XIX, fortalecendo então o cultivo do fumo, e a construção da Estrada de Ferro Central da Bahia, que ligava Cachoeira a Feira de Santana (SANTOS, 2009). A empresa alemã, Companhia de Charutos Dannemann, se instalou no município e colaborou diretamente com a manutenção do título de liderança na produção do fumo. Tal conquista teve prazo de validade e se deu até a metade do século XX.

A influência norte-americana sobre os fumantes³ juntamente com o processo de transição industrial coincidiu com a queda da indústria fumageira e canvieira no Recôncavo da Bahia.

A criação da Barragem da Pedra do Cavalo foi um dos adventos ligados a modernização da economia baiana e foi de suma importância para a geração de emprego na região e a grande maioria das vagas foram ocupadas por moradores da região (PEDRÃO, 1998)

³ Era incentivando a substituição do charuto pelo cigarro, agregada à falta de investimentos na modernização das fábricas de charuto; o aumento dos impostos; a falta de potencial para competir com a indústria de cigarro do Sul e o crescimento da produção em outras regiões, levaram à queda da indústria fumageira no Recôncavo (SANTOS, 2009).

A partir da década de 1990, esse empreendimento começa a findar e isso culminou no desemprego de milhares de pessoas que moravam no município e nos seus arredores. Com o processo de decadência do Recôncavo, o empobrecimento da região se torna recorrente fazendo com que a grande maioria dos seus habitantes fossem buscar uma oportunidade de emprego na capital baiana.

De acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2010), atualmente a população sanfelixta é composta por 14.098 habitantes⁴, onde 48,82% são do sexo masculino e 51,18% do sexo feminino. Em 2020, de acordo com os dados do IBGE, estima-se que a população tenha crescido para 15.468 habitantes. O município possui grande parte da população que se autodeclara negra, somando 87,43% e 10,64% se afirma ser branco/a. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,639 e a sua densidade demográfica é de 148,35 hab./km².

A maioria da população se declara como católica apostólica romana. (IBGE, 2010) Vale ressaltar que o Recôncavo baiano possui uma forte influência das religiões de matrizes africanas, mas as informações sobre a quantidade de adeptos a essa religião não consta nos dados publicizados pela Instituição. O município está localizado no território de identidade do Recôncavo Baiano que, de acordo com Santos (2012):

(...)é a região geográfica localizada em torno da Baía de Todos os Santos, abrangendo não só o litoral, mas também toda a região do interior circundante à Baía. O Recôncavo inclui a Região Metropolitana de Salvador, onde está a capital do estado da Bahia, Salvador. As outras cidades mais importantes são: Santo Antônio de Jesus, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Cruz das Almas. (SANTOS, 2012, p. 46)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Félix, em 2010, foi de 0,639, colocando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). São Félix ocupa a 3.312^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM e a 50^a posição entre os 417 municípios do estado da Bahia. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi Longevidade, com 0,582 de índice, seguida de Renda (0,639), e de Educação (0,583). Cerca de 9,5% da população é composta por idosos (60 anos ou mais)

⁴ Tendo em vista o tempo decorrido entre a realização do Censo 2010 e esta pesquisa, é possível que este número tenha se alterado.

A taxa de crescimento do IDHM⁵ de São Félix entre 2000 e 2010 foi de 0,489 em 2000 para 0,639 em 2010. Nesse período, foi a dimensão **Educação**, em termos proporcionais, que mais contribuiu para o crescimento do IDHM do município, passando de 0,375 em 2000 para 0,583 em 2010. A dimensão **longevidade** - a esperança de vida ao nascer - passou de 65,51 anos em 2000 para 70,72 anos em 2010 e a dimensão **renda** a uma taxa média anual de crescimento de 4,49%, entre 2000 e 2010, passando de R\$ 239,23 em 2000 para R\$ 299,65 em 2010.

Em 2018 estimava-se que os trabalhadores formais do município possuíam em média 1,8 salários mínimos com renda do IBGE (2010). Cerca de 2.121 pessoas possuíam trabalho formal, totalizando 14,4% da população geral. 51,5% tinham rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Essas informações reforçam a existência da desigualdade na faixa salarial dos habitantes e o histórico do município citado anteriormente reforça que a queda econômica que ocorreu na década de 1990 ainda se faz presente no cotidiano dos sanfelixtas que se mantêm com atividades agrícolas (milho, feijão, fumo) e agropecuárias (porco, boi e galinhas).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, considera-se pobres, e vulneráveis à pobreza pessoas que possuem renda domiciliar per capita mensal que seja inferior a R\$ 70,00; R\$ 140,00 e R\$ 255,00. Abaixo, a tabela mostra o comparativo dos anos 2000 e 2010 sobre a renda domiciliar per capita do município.

Tabela 1: Renda Domiciliar Per Capita

Renda Domiciliar Per Capita			
ANO	Pobre	Vulnerável à pobreza	Extremamente pobre
2000	26,53%	55,20%	77,59%
2010	14,31%	30,60%	61,49%

Fonte: Atlas Brasil, 2020.

⁵ O IDHM é uma adaptação metodológica do IDH, ao nível municipal. Ambos os índices agregam as dimensões saúde, educação e renda, mas diferindo na composição de alguns indicadores. O IDHM assim como o IDH não abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, mas sintetiza três importantes dimensões: saúde, educação e renda. A maioria dos municípios do território do Recôncavo estão posicionados na faixa entre 0,600 – 0,699 que corresponde a um Médio Desenvolvimento Humano.

A partir de análises das informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, pode-se perceber que a quantidade de pessoas que faziam parte do grupo de pessoas extremamente pobres (com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00) que eram inscritas no CadÚnico, no ano de 2014, após o recebimento do Bolsa Família passou de 63,30% para 73,34% no ano de 2017. Uma das condicionalidades do PBF é a frequência escolar, que conforme o artigo 3º da lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 exige que o aluno esteja frequentando a escola com frequência mínima de 85% para crianças e adolescentes que estejam entre 06 e 15 anos e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. No grupo das pessoas pobres (com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 140,00), após o recebimento do Bolsa Família era de 79,61% em 2014, e no ano de 2017 teve um aumento para 83,51%. Para finalizar a análise desse tópico, observou-se também que as pessoas que eram consideradas como vulneráveis à pobreza (renda familiar *per capita* inferior a R\$ 255,00) que também possuíam cadastro no Cadastro Único, após o recebimento do Bolsa Família no ano de 2014 era de 83,33% e no ano de 2017 aumentou para 93,02%. (BRASIL, XXXX)

A REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO: COM ENFOQUE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Nesse item trago dados referentes à educação básica de São Félix na zona rural e urbana. É importante salientar que a discussão desses dados é de suma importância para poder realizar algum tipo de intervenção do/a assistente social que esteja inserido na política de educação do município.

Escolas do município de São Félix

De acordo com dados extraídos do IBGE (2019) o município de São Félix possui atualmente 40 escolas⁶, públicas e particulares sendo: 19 que ofertam educação infantil (creche e pré-escola) , 20 escolas do ensino fundamental (anos

⁶ De acordo com dados do Censo XXXX retirados do portal do INEP o número de escolas em atividade no município de São Félix é 27. Segundo informações da Secretaria de Educação do Município essa divergência entre o número de escolas ocorre porque algumas unidades escolares ainda não possuem registro e por isso são cadastradas como se fossem extensão de uma outra escola já existente, desta forma são contadas como se fossem uma única escola.

iniciais e anos finais) e 1 escola do Ensino Médio. Dentre elas o município possui 6 escolas particulares e 38 públicas.

Na Educação Infantil, o município possui 12 creches, sendo 4 particulares e 12 municipais. A pré-escola possui o mesmo número que a educação infantil por se tratar de instituições que ofertam as duas modalidades de ensino.

O Ensino Fundamental, nos anos iniciais (que corresponde do 1º ano ao 5º ano) possui 19 escolas sendo 4 da rede particular de ensino e 15 municipalizadas. Já nos anos finais (6º ano ao 9º ano) possui três escolas, sendo todas lotadas no município.

O Ensino Médio possui apenas um Colégio. O mesmo pertence a rede estadual de ensino e está localizado na Rua Salva Vidas, na saída do município, sentido a estrada que liga São Félix a Maragogipe.

Docentes do município

A rede de educação do município de São Félix, de acordo com os dados do IBGE (2019), atualmente possui 149 docentes que estão inseridos na educação pública e particular do município na zona rural e urbana.

A Educação Infantil, ao todo, possui 31 professores. Nas creches ao todo são 11 profissionais sendo que 7 são lotados na rede municipal e 4 no ensino privado. Já na pré-escola, os dados evidenciam que existem ao todo 21 professores onde 14 estão inseridos na rede pública municipal e 7 possuem vínculo com escolas particulares. Fundação Lemann e Meritt (2021)

No Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) existem 100 professores ao todo. Nos anos iniciais, na rede municipal de ensino 34 professores estão atuando, enquanto a rede privada possui apenas 14 docentes. Já nos anos finais, as pesquisas evidenciam que existem 52 professores que estão inseridos apenas na rede municipal. Fundação Lemann e Meritt (2021)

Para finalizar esse tópico, os dados do IBGE apontam que o Colégio Estadual Rômulo Galvão possui apenas 18 docentes que atuam nos turnos: matutino, vespertino e noturno.

Matrículas

Segundo o Censo Escolar (2020), o município de São Félix possuía 1.735 estudantes matriculados na rede pública e privada de ensino. Abaixo busquei detalhar informações sobre as etapas de ensino para que seja observada a quantidade e proporção de estudantes que estão inseridos em cada modalidade.

A Educação Infantil possuía 465 matrículas ativas, sendo: 199 crianças matriculadas em creches e 266 matriculados na pré-escola. O Ensino Fundamental totalizava 1326 discentes matriculados. Ao observar, pudemos perceber que 717 estudantes estavam inseridos nos anos iniciais enquanto apenas 609 estavam constando como matriculados. O Ensino Médio possui 367 estudantes. Uma importante observação em relação aos dados são os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que totalizam 120 estudantes e as matrículas na Educação Especial, na Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) que possui 97 estudantes. De acordo com o Ministério da Educação (2016), a APAE possui cinco fontes de sustento e manutenção: 1) convênio com o SUS; 2) Fundo Nacional de Assistência Social; 3) FUNDEB; 4) Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação; 5) doações espontâneas.

Ao realizar um comparativo acerca da quantidade de habitantes que o município possui comparado a quantidade de alunos/as que estão inseridos/as na rede pública e privada de ensino pode-se observar que cerca de 12,3% dos habitantes possuem acesso à educação. Esse dado possui uma enorme interferência no IDH do município, e na distribuição e acesso a muitos direitos.

Infraestrutura

Os dados coletados sobre a infraestrutura do município de São Félix compreendem sete itens: alimentação, serviços, dependências, equipamentos, tecnologia, acessibilidade, entre outros. Essas informações foram obtidas através do Censo Escolar realizado pelo INEP (2020) e representam a realidade informada pela rede de ensino e suas escolas. Das 40 escolas que o município possui, apenas 18 constam como respondentes neste item. Ou seja, 52% das escolas ativas no município não responderam ao questionário.

Alimentação

Das escolas respondentes, 14 afirmam que fornecem alimento para os estudantes que possuem frequência. Esse dado equivale a cerca de 78%. A rede privada de ensino do município que totaliza 4 colégios não fornece merenda aos alunos.

Outro dado levantado pela pesquisa foi o fornecimento de água filtrada nas escolas. É importante frisar que todas as escolas, tanto a rede pública quanto a rede particular de ensino, possuem esse tipo de serviço.

O município possui convênio com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA⁷, que foi criado pelo Ministério da Cidadania e atualmente possui convênio com o Governo do Estado da Bahia que por sua vez realiza o repasse para os municípios baianos.

Em 2020, o PAA realizou compras de produtos de agricultores familiares e realizou doações simultâneas para as entidades da rede socioassistencial. O público prioritário para a doação desses alimentos foi a população em situação de vulnerabilidade social, assentados e povos de comunidades tradicionais do município. Dentre esse público, estudantes da rede pública de ensino também foram contemplados com os produtos do Programa. Porque quem está na educação pública é a mesma população atendida pelos sistema social assistencial, ou seja, vulnerável.

Serviços

Este subitem propõe apresentar os dados dos serviços básicos que são ofertados pelo município para que as escolas possam funcionar e atender as demandas dos estudantes, professores e funcionários. Das 18 escolas que participaram da pesquisa, apenas 12 possuem água via rede pública, esse número corresponde a cerca de 67%. Todas as escolas possuem energia via rede pública. A coleta de lixo periódica acontece apenas em 67% das instituições. É importante salientar que 33% dessas escolas estão na zona rural onde a coleta acontece de forma irregular. E, para finalizar este tópico, apenas 67% dos colégios possuem rede

⁷ O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero.

de esgoto via pública. 94% afirma que possui sanitário dentro do prédio da escola e nenhum sanitário fora do prédio da escola. Para Bonfim (2018),

A infraestrutura escolar é compreendida como a expressão ou omissão da ação do Estado. Portanto, perceber como o conjunto dessas ações se materializa nas escolas pode auxiliar a pensar o quanto as políticas educacionais são elaboradas e executadas de modo que todos os estudantes consigam acessar e permanecer no sistema educacional (BONFIM, 2018, p. 1)

Portanto, a concretização da política educacional precisa acontecer de forma igualitária entre os diferentes grupos sociais. Para isso, os recursos educacionais precisam ser distribuídos para que possibilitem aos desfavorecidos o alcance a condições mais justas possíveis (YANNOULAS, 2013).

Dependências e Acessibilidade

Para que os estudantes possam obter acesso a uma educação de qualidade e êxito, é de enorme importância que haja por parte da rede de educação do município uma estrutura capaz de atender as demandas que surgem a cada dia. Tendo isso em vista, esse item trará dados sobre as dependências e acessibilidade das escolas de São Félix.

Apenas 5% das escolas possuem acesso à Biblioteca. O município possui um estabelecimento⁸, mas a mesma encontra-se desativada há muitos anos por falta de recursos municipais. De acordo com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia, a biblioteca municipal foi desativada por falta de interesse da população em acessá-la. A Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação sempre buscaram meios para promovê-la, mas o retorno sempre foram muito escassos. A ausência de um espaço como este no município pode resultar uma enorme lacuna no processo de aprendizagem dos estudantes de modo geral. Através desse espaço que a construção do saber também acontece. Muitos alunos não possuem acesso a computadores e a internet, então, utilizar a biblioteca para a realização de trabalhos escolares, leituras, pesquisas é de grande e relevante importância. Apenas 44% desses colégios contam também com salas de leitura. Esse percentual equivale apenas a 8 escolas. Muitos não possuem acesso à internet e, a única maneira de

⁸ Biblioteca Pública Municipal Doutor Waldomiro Augusto Deiró - Deiró Lefunde, localizada na Praça da Bandeira, s/n, Centro, 44360-000, São Félix, BA.

conseguirem realizar atividades e trabalhos escolares são nesses espaços. Espaços como laboratórios de informática (22%), laboratórios de ciências (5%) ainda são escassos no ambiente escolar em São Félix. O acesso à internet é presente apenas em 67% dos colégios e apenas 39% possui banda larga. O município tem apenas 12 computadores que podem ser utilizados por estudantes e 13 desktops para uso administrativo entre professores e funcionários.

Por conta da pandemia da Covid-19, esses computadores não estão sendo utilizados pelos estudantes e funcionários das escolas, pois encontram-se nos estabelecimentos e por conta da suspensão das aulas desde março de 2020 os mesmos não acessam o ambiente escolar desde então. Os professores utilizam equipamento próprio para a elaboração dos trabalhos e atividades escolares, enquanto os estudantes acessam as aulas através de celulares e notebooks⁹. Ainda não se tem dados do município sobre acesso à internet e equipamentos digitais que possam nos dar parâmetros sobre a exclusão digital desse período pandêmico que estamos vivendo mas, a desigualdade promovida por essa metodologia de ensino adotada de forma inesperada, refletirá no futuro de milhares de jovens sanfelistas, baianos e brasileiros de forma visceral.

Apenas 78% dos colégios possuem cozinha para o fornecimento da merenda escolar de forma gratuita. Esse número corresponde apenas à rede pública. A rede privada, 22%, possui apenas cantina onde revende os lanches para os alunos.

Adequação idade-série em 2010

No município, segundo informações coletadas pelo censo do IBGE (2010), 97,70% das crianças entre 5 e 6 anos frequentavam a escola. No mesmo período de tempo, a proporção de crianças com a faixa etária entre 11 e 13 anos que frequentavam os anos finais do ensino fundamental era de 51,44%; e os jovens entre 18 a 20 anos que concluíram o Ensino Médio era de 35,22%.

As informações a seguir buscam realizar um comparativo entre os anos 2000 e 2010 onde fica evidente a evolução da adequação idade-série do município de São Félix. Houve um crescimento de 7,59% entre as crianças de 5 a 6 anos dez anos que foram intercalados ambos os censos. Outra considerável observação a ser

⁹ Essas informações foram obtidas através de uma professora da rede municipal sanfelista.

feita é a evolução que teve a faixa etária de 11 a 13 anos: ocorreu um crescimento de 39,2%. Os jovens de 15 a 17 anos tiveram um crescimento de 32,11% comparado ao censo realizado no ano 2000. Por último, os estudantes que estavam entre 18 e 22 anos tiveram também um aumento significativo na conclusão do ensino médio. Esse aumento foi de 24,34%.

Defasagem, distorção e ensino

Conforme dados extraídos pelo IBGE, em 2000, 53,88% da população com faixa etária entre 6 e 17 anos cursava o Ensino Básico Regular com menos de dois anos de defasagem idade-série. Em 2010, esse número aumentou de forma significativa, subindo para 76,99%, isso gerou um aumento de 23,11%.

A distorção idade-série é o indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados (BRASIL, 2020). Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série. No município de São Félix, nos anos iniciais do ensino fundamental, 15% dos estudantes estavam com atraso escolar e 2 anos ou mais. Nos anos finais do ensino fundamental esse número tem um aumento para 38% e no Ensino Médio o dado é alarmante: 45% dos estudantes estão com atraso escolar comparado a sua idade. O município não possui nenhum projeto que vise solucionar e reduzir os dados alarmantes mencionados anteriormente. O único indicador que podemos utilizar é o PBF que possui como condicionante a frequência e aprovação escolar. A taxa de distorção idade-série no Ensino Médio no município no ano de 2016 estava em 42,20%. Esse número teve um aumento para 49,90% em 2017.

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR (2018)					
Etapa escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação
Anos Iniciais	10,5%	(86)	1,5%	(13)	87,9% (712)
	reprovações)		abandonos)		aprovações)
Anos Finais	16,5%	(100)	3,2%	(20)	80,2% (482)
	reprovações)		abandonos)		aprovações)
Ensino Médio	36,9%	(138)	11,4%	(43)	51,7% (193)
	reprovações)		abandonos)		aprovações)

Fonte: Censo Escolar 2018, Inep. Classificação não oficial.

Segundo os dados obtidos pelo INEP (2018), quando os dados de rendimento escolar estão acima de 5% é necessário que exista a criação de estratégias para conter o avanço da evasão escolar. Quando esses números ultrapassam 15% é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. E os índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

A taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental no ano de 2013, foi de 3,90%. No ano de 2015, esses números tiveram um aumento e foi para 5,20%. No Ensino Médio, em 2013, foi de 4,60% e em 2014, subiu de forma brusca para 11,00%, tendo um aumento de 6,40%. O Censo Escolar (2018) destacou alguns motivos que geram evasão escolar no Brasil, dentre eles: Necessidade em ingressar no mercado de trabalho; dificuldade de chegar na escola; falta de investimento em tecnologia; ausência de acompanhamento educacional. Para que esses números sejam revertidos, as escolas precisam constantemente tomar medidas para reduzir a evasão escolar, melhorar a qualidade do ensino e incentivar seus profissionais a se atualizarem. Afinal, a partir dessas ações, o colégio consegue promover o engajamento dos alunos e favorecer o bom relacionamento com a família, evitando o abandono escolar.

É indispensável que as instituições de ensino estabeleçam uma relação de proximidade com as famílias dos alunos, dando todo suporte necessário durante o processo de aprendizado. O fortalecimento desse contato é fundamental para todas as partes envolvidas para que todos os problemas enxergados sejam resolvidos em conjunto.

A média de evasão e reprovação elevadas são fatores preocupantes para o município e deve ser um tema de reflexão com vistas à proposição de ações para superação destes índices. Sendo assim, a criação de projetos e programas para a superação deste problema é urgente. Buscar a superação dessa fragilidade vai, certamente, para além da atuação comprometida dos professores na sala de aula. Muitas vezes, o que leva à evasão (como verificado em dados anteriores) são fatores ligados a situações externas à escola, em especial problemas socioeconômicos.

Escolaridade da População Adulta - taxa de analfabetismo da população com 25 anos ou mais

Este tópico visa trazer para a discussão um importante indicador para medir a escolaridade da população adulta, maiores de 18 anos com o ensino fundamental completo.

No ano de 2000 o estado da Bahia possuía cerca de 28,94% das pessoas que não estudavam. Esse número, em 2010, passou para 46,07%. No município de São Félix, no primeiro censo, esse número era de 25,11% e dez anos depois passou para 45,89%.

Em 2010, utilizando como referência a população que possuía 25 anos ou mais, em São Félix, possuía 19,10% dos moradores considerados como analfabetos. 39,52% tinham concluído o ensino fundamental e 27,29% concluíram o Ensino Médio, e apenas 3,12% dos munícipes concluíram o ensino superior. No estado da Bahia, esses números eram, respectivamente, 20,92%, 41,75%, 29,82% e 6,40%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as manifestações da questão social na política pública de educação do município de São Félix, sob a perspectiva dos professores, proporcionou uma visão crítica e esclarecedora sobre a interseção complexa entre a educação e as questões sociais. Os professores do município de São Félix enfrentam uma série de desafios decorrentes das manifestações da questão social, incluindo a desigualdade socioeconômica, a violência, a falta de recursos e a precariedade das infraestruturas escolares. Esses desafios afetam diretamente o ambiente escolar, o desempenho dos alunos e a qualidade do ensino.

As manifestações da questão social têm um impacto significativo no processo de ensino-aprendizagem. Os professores percebem que os alunos que vivenciam condições sociais desfavoráveis tendem a enfrentar dificuldades acadêmicas e emocionais, o que torna o trabalho docente mais complexo. Apesar dos desafios, os professores demonstram uma notável resiliência e capacidade de adaptação. Muitos deles desenvolvem estratégias pedagógicas inovadoras para atender às necessidades específicas de seus alunos, buscando tornar o ambiente escolar mais

inclusivo e acolhedor. Fica claro que os professores necessitam de um maior apoio institucional por parte das autoridades educacionais e governamentais. Isso inclui investimentos em recursos, treinamento profissional, apoio psicossocial para os alunos e ações para reduzir a desigualdade educacional.

A educação é vista como uma ferramenta poderosa para a transformação social. Os professores reconhecem o papel fundamental que desempenham na formação de cidadãos críticos e ativos, e muitos estão comprometidos em promover a equidade e a justiça social por meio da educação. Em última análise, esta pesquisa destaca a necessidade premente de políticas públicas de educação que abordem de forma adequada as manifestações da questão social no contexto de São Félix. Ao ouvir as percepções dos professores e compreender as complexidades dessa interação, podemos direcionar esforços para criar um sistema educacional mais justo e inclusivo, que ofereça oportunidades equitativas para todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias sociais.

REFERÊNCIA

BRASIL. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 03. 06. 2021.

BRASIL. **Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em 10 jun.2021.

BRASIL. **Lei no 10.836, de 09 de Janeiro de 2004 – Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BONFIM, Suellem Raquel de Freitas. **Política educacional e a infraestrutura das escolas municipais de Curitiba: um olhar a partir dos estudantes vinculados ao programa bolsa família**. XII ANPED Sul. Rio Grande do Sul. Nov. 2018

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. [S.l]: INEP, 2017b. Disponível em: <<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 4 junho. 2021.

SANTOS, Rubenilda Sodré dos. **Cultura política e participa o no Recôncavo Baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Félix**. 2009. 165 f. Disserta o (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Gradua o em Ciências Sociais,

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2009. Disponível em: < [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11359/1/Dissertacao%20Rubenilda%20Santo sseg.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11359/1/Dissertacao%20Rubenilda%20Santo%20sseg.pdf)>. Acesso em: 01/06/2021.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998. p. 219-239.

SANTOS, Mariana Leal dos. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO**: impressões e expectativas de educadores de uma escola no recôncavo da bahia acerca da inserção do assistente social na escola. 2012. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

BRASÍLIA, Ministério da Cultural/IPHAN, **HISTÓRIA DE SÃO FÉLIX-BAHIA**. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1412>>. Acesso em 31 de maio de 2021.



Capítulo 3
INTERDIÇÃO DE MULHERES EM MODALIDADES
ESPORTIVAS

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Ivana Lúcia da Silva

Von Klaus Dantas Bezerra

INTERDIÇÃO DE MULHERES EM MODALIDADES ESPORTIVAS

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Professora do IFRN e Doutora em Educação (UFRN). E-mail:

francinaide.silva@ifrn.edu.br

Ivana Lúcia da Silva

Professora do IFRN e doutoranda do PPGEPI/IFRN. E-mail: ivana.silva@ifrn.edu.br

Von Klaus Dantas Bezerra

Secretário Executivo no IFRN e mestrando do PPGEPI/IFRN. E-mail:

klaus.bezerra@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente estudo examina, de maneira sintética, a proibição estabelecida no decorrer da história esportiva no Brasil durante o século XX (mais especificamente a participação das mulheres em práticas esportivas entre as décadas de 1940 e 1970). O objetivo do trabalho foi analisar o artigo Art. 54 do Decreto n. 3.199/1941, que aborda a proibição para mulheres de realizarem práticas esportivas "incompatíveis com as condições de sua natureza". Nessa perspectiva, acessou-se o ícone de busca da revista de educação física da UFRGS — Movimento —, em que foram utilizados os seguintes descritores, com e sem aspas: mulher e esporte sem aspas, identificando 16 artigos; mulher e esporte, com aspas, identificando 07 artigos; esporte feminino com aspas, 02 artigos; esportes femininos sem aspas, 26 artigos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e, na análise dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin (2001). Pode-se observar, nos artigos selecionados para a análise, que apesar da proibição da prática de algumas modalidades esportivas para mulheres, existiu uma grande resistência e violação por parte delas, que continuaram a praticar o futebol, por exemplo. Isso demonstra a persistência das mulheres em desafiar as restrições impostas pelo Artigo 54, desempenhando um papel significativo na evolução da participação feminina no esporte ao longo do século XX no Brasil.

Palavras-chave: Feminino, interdição, práticas esportivas.

ABSTRACT

The present study synthetically examines the prohibition established

throughout the sports history of Brazil during the 20th century (specifically, women's participation in sports activities between the 1940s and 1970s). This paper aims to analyze Article 54 of Decree n. 3.199/1941, which addresses the prohibition for women to engage in sports activities "incompatible with the conditions of their nature." In this perspective, the search icon of the UFRGS Physical Education Journal — Movimento — was accessed, using the following descriptors with and without quotation marks: "woman and sports" without quotes, identifying 16 papers; "woman and sports" with quotes, identifying 07 papers; "female sports" with quotes, 02 papers; "women's sports" without quotes, 26 papers. This study constitutes a bibliographic research, and in the data analysis, Bardin's content analysis approach (2001) was employed. It is possible to observed from the selected articles for analysis that, despite the prohibition of practicing certain sports for women, there was significant resistance and violation on their part, as they continued to engage in activities like football, for instance. This demonstrates women is persistence in challenging the restrictions imposed by Article 54, playing a significant role in the evolution of female participation in sports throughout the 20th century in Brazil.

Keywords: Feminine, Prohibition, Sports.

INTRODUÇÃO

O contexto histórico do segundo quarto do século XX espelhava um momento de fortes doutrinas políticas pelo mundo. No Brasil, a etapa compreendida entre 10 de novembro de 1937 e 29 de outubro de 1945 ficou conhecida por Estado Novo¹⁰, pois foi quando o então presidente Getúlio Dornelles Vargas tomou o poder por meio de um golpe de Estado.

Depositário do comando, Vargas se valeu da força de chefe de estado e assinou, na mesma data do golpe, uma nova Constituição Federal, a qual retirou os poderes do legislativo, do judiciário e dissolveu partidos políticos. Adicionalmente, o novo presidente também promulgou leis e decretos, dentre os quais havia o Decreto n. 3.199/1941 que, em seu preâmbulo, anunciava o seguinte título: “Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país”.

Apresentadas as considerações iniciais do que vinha acontecendo no Brasil, importa destacar que, historicamente, o modelo de gestão opressor espalhava-se

¹⁰ De acordo com D'Araujo (2000), o termo “Estado Novo” deve ser interpretado como um novo modelo de gestão política capaz de se distanciar das doutrinas políticas do capitalismo liberal, bem como do comunismo.

para além do campo político. Silva (2004) acrescenta que, na área social, as mulheres eram impedidas de realizar modalidades esportivas desde a antiguidade, fato que só foi revertido na época dos segundos jogos olímpicos da era moderna, em 1900.

Assim, considerando todo o contexto de uma sociedade predominantemente patriarcal, comum em vários países pelo mundo, as práticas esportivas para as mulheres eram regradas ou até mesmo proibidas/interditadas e, conseqüentemente, no Brasil não foi diferente. Podia-se perceber uma das fortes características dessa sociedade por meio do conservadorismo exacerbado e ajuizado na educação física, a qual tributa sobre as atividades físicas, os exercícios físicos e as práticas esportivas.

A educação física, especialmente durante os primeiros decênios do século XX, manifestava uma inclinação voltada para o cuidado e desenvolvimento do bem-estar físico, tornando-se evidente que as demais modalidades esportivas compartilhavam dessa mesma perspectiva conceitual. Para as mulheres, se defendia, além desses vieses de cunho salutar, a manutenção de uma ‘feminilidade’, ou seja, de um corpo com características femininas, o que implicava fazer uso de práticas esportivas que consideravam não prejudicar a característica reprodutiva das praticantes.

Considere-se, ainda, que o autoritarismo intrínseco da época influenciava opiniões e fez com que, entre as décadas de 1930 e 1940, a ideia da eugenia se fortalecesse cada vez mais. Esta circunstância culminou com a promulgação, pelo presidente Vargas, do Decreto n. 3.199, de 14 de abril de 1941, relativo à pasta do Ministério da Educação e Saúde e que, conforme consta no Art. 1º, institui o Conselho Nacional de Desportos.

Desta feita, o referido diploma legal apresenta como objetivo principal a expressa intenção de regularizar as normas de organização dos esportes no País, conforme é possível se depreender do estabelecido no Art. 1º do decreto: “Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país” (Brasil, 1941, p.1).

Diante do exposto, o presente estudo trata da proibição estabelecida pelo referido decreto à participação das mulheres em práticas esportivas “incompatíveis com as condições de sua natureza”. Para isso, o estado do conhecimento foi

estabelecido como procedimento de pesquisa, tendo como aporte teórico o estudo da História e Memória de Le Goff (1990), bem como os ensinamentos de Goellner (2005, 2016) que abordam os aspectos da relação mulher e o esporte.

Para atender ao procedimento delineado, utilizou-se da plataforma do site da Revista Movimento¹¹, periódico pertencente ao departamento de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. No item “busca”, utilizou-se os seguintes descritores com e sem aspas: mulher e esporte sem aspas, identificando 16 artigos; mulher e esporte com aspas, identificando 07 artigos; esporte feminino com aspas, 02 artigos; esportes femininos sem aspas, 26 artigos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre o estado do conhecimento para a qual, no que diz respeito ao tratamento dos dados coletados, recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin (2001).

A escolha da revista Movimento deu-se pelo conhecimento que os pesquisadores têm em relação aos estudos os quais vem acontecendo naquela Universidade, mais especificamente no tocante à mulher, ao esporte e que vem sendo desenvolvidos no Centro de Memória do Esporte – CEME da UFRGS.

O objetivo do presente artigo é, portanto, analisar o Decreto n. 3.199/1941 e, mais detalhadamente, o seu Art. 54, o qual aborda um contexto direcionado para que as mulheres fossem impedidas de realizar práticas esportivas “incompatíveis com as condições de sua natureza”.

Em seguida, tem-se a apresentação da fundamentação teórico-metodológica, a metodologia, resultados, discussões e as conclusões, às quais se chegou após a análise dos artigos encontrados a respeito das proibições das mulheres em algumas práticas esportivas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Fundamentado no aporte teórico de Le Goff (1990) e de Goellner (2005, 2016), o artigo caminha na perspectiva de analisar o referido decreto. Enquanto documento oficial, conforme os postulados de Le Goff, deve-se considerar que:

O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico,

¹¹ A revista Movimento pode ser acessada pela seguinte página: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento>.

ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito* (Le Goff, 1990, p. 462-463).

Nessa perspectiva, o documento é uma prova histórica de que as práticas esportivas imprimiam consequências às mulheres e que tais situações se estendem até os dias de hoje. Todavia, evidencie-se que nem sempre decretos e leis são a representatividade da realidade social, em especial na Educação, pois, conforme argumenta Stamatto (2012), ao se considerar que, embora oficialmente, uma lei explicita programas e ações, sua força regimental não necessariamente implica ou consagra sua efetiva obediência de fato.

É preciso, muitas vezes, considerar a necessidade de incorporação por parte de quem deve cumprir determinada lei, bem como que sejam criadas novas leis que a tornam factíveis para a realidade a que se destina. No caso do estudo em tela, quando existe algo que pode dar margem a interpretações diversas em relação ao que ou quem deveria reger o esporte para mulheres, é necessário, portanto, implementar uma lei complementar, uma resolução ou uma normativa que estabeleça este papel.

Para Stamatto (2012, p. 281): “A Lei normatiza e direciona ações do poder instituído; limita poderes discricionários; permite e delimita ações de agentes sociais; garante direitos e cria possibilidades para ação de indivíduos e grupos sociais”. A partir dessa compreensão da autora a respeito das normativas legais, pode-se considerar que o decreto em análise apresenta uma relação do poder instituído na sociedade e, mais notadamente, em relação às mulheres que praticam atividades esportivas.

Por outro lado, ao expor sobre esporte, eugenia e nacionalismo, Goellner disserta que:

Baseados na teorização darwinista de que a atividade física atuava no fortalecimento orgânico e, portanto, no aprimoramento da espécie, muitos dos discursos e práticas que circularam no Brasil do início do século XX mencionavam que o refinamento da raça estava diretamente relacionado com o fortalecimento da população. Nesse sentido, não pouparam esforços para criar condições de educar, fortalecer e aprimorar o corpo feminino branco, observado como o principal instrumento para atingir uma raça branca, representada como superior e perfeita (Goellner, 2008, p. 4).

Observa-se, portanto, que a temática aborda o esporte, a eugenia e o nacionalismo, além de levantar as questões de cunho racial do branco, de superioridade e perfeição, ou seja, de uma construção em que a mulher ideal seria aquela que fosse capaz de gerar homens fortes e saudáveis, úteis às futuras gerações do país, tendo como premissa básica a prática esportiva ou uma atividade física.

Desta feita, Goellner (2008, p. 6) reforça que, “no caso específico deste texto, o foco de análise está centrado nas mulheres brancas e na valorização de uma representação de feminilidade que considera virtuosa a mulher que é ou se tornará a mãe de filhos hígidos e fortes”.

As participações das mulheres em ambientes esportivos foram permeadas por questões relativas a um discurso dos especialistas da área da Saúde e de um conservadorismo por parte da sociedade. Além disso, as próprias leis eram pensadas para respaldar esses discursos, como é o caso do decreto em análise e da Deliberação n. 7 do Conselho Nacional de Desporto, de 1965. Para Goellner (2008, p. 144):

Subjacente a essa interdição, havia a concepção de que o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, abrandariam os limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Além disso, poderiam desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio masculino, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas.

A importância de se recorrer aos documentos, especificamente o decreto em estudo, dá-se pela compreensão de que, segundo Le Goff (1990, p. 545), “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Ou seja, independentemente de se tratar de um documento textual, iconográfico, audiovisual ou qualquer outro meio de comunicação, ele vai gerar algum resultado.

Adicionalmente, as relações sociais também apoiam a compreensão do fato e das consequências proibitivas impostas às mulheres de praticarem determinadas modalidades esportivas. Por vezes, tais restrições estão amparadas por documentos oficiais, advindas da sociedade patriarcal, que se manteve consolidada a partir do

paradigma biologicista.

Em síntese, percebe-se que a análise desses documentos não apenas permite desvendar as conexões entre normas instituídas e o *status* da mulher na sociedade, mas também nos chama a uma reflexão acerca dos impactos dessa conjuntura. Quando se busca compreender o passado, somos provocados a tentar moldar um novo futuro que seja capaz de incluir, de promover igualdade e livre das proibições as quais, historicamente, limitaram as oportunidades com base no gênero.

A seguir, tem-se a apresentação dos elementos jurídicos do decreto, reconhecendo-o como um instrumento de força, que considera os aspectos da ordem legal. No que diz respeito aos padrões, observam-se os seguintes eixos do decreto:

Quadro 01 – Elementos jurídicos do decreto.

Instrumento	Significado
Título	Decreto 3.1999, de 14 de abril de 1941.
Ementa	Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.
Autoria	Presidência da República e Ministro da Educação e Saúde.
Objetivo	Em seu “Art.1º Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática, dos desportos em todo o país ”.
Motivo de criação do decreto	Regulamentar o esporte no país através do Conselho Nacional dos Desportos e dos Conselhos Regionais de Desportos, regulando ações esportivas de confederações, federações, ligas e associações desportivas, descritas a partir do Art. 9º.
Fechamento	Através do “Art. 61. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário”, assinam o presidente da república e o Ministro da Educação e Saúde.

Fonte: Elaboração própria, com base no Decreto n. 3.199/1941 e Stamatto (2012).

A partir da análise dos dados elementares do decreto, expostos no quadro 01, os quais encontram-se embasados pelo postulado de Stamatto, depreende-se que:

A norma contempla ações que agem em uma dada realidade. Pode fomentar ou coibir ações sociais. Nesse sentido, ressaltamos também que se, por um lado, há proibições, censuras, cerceamentos constituídos nas ações legalmente regulamentadas; por outro, existe o incentivo fiscal, a isenção de impostos, prêmios, concursos, financiamentos, estímulos a determinadas ações e finalidades que orientam políticas educacionais. A lei normatiza e direciona ações do poder instituído; limita poderes discricionários; permite e delimita ações de agentes sociais; garante direitos e cria possibilidades para ação de indivíduos e grupos sociais (Stamatto, 2012, p. 281).

Diante do exposto, percebe-se que a restrição das práticas esportivas que envolviam atividades físicas direcionadas às mulheres, em especial naquelas modalidades que foram proibidas, geraram fortes retrocessos neste campo de atuação das mulheres, de modo que a extensão de tais consequências alcançou as pessoas que desejavam praticar esportes atuarem como treinadoras, gestoras esportivas e até mesmo no campo científico.

Além disso, percebe-se que tais desafios estão atrelados a preconceitos relacionados a inserção da mulher no campo esportivo com ênfase no profissional e/ou pessoal.

Em suma, depreende-se que o processo histórico enfrentado pelas mulheres envolve um panorama complexo e multifacetado, o que nos leva ao entendimento de que eventuais danos atravessam as esferas profissional, acadêmica e pessoal. De todo modo, é notório que as mulheres vêm ganhando espaço nas mais diversas áreas, como é o caso das que envolvem os esportes. A partir dessa premissa, o processo metodológico do artigo será descrito.

METODOLOGIA

A opção procedimental escolhida envolveu a busca pelo estado do conhecimento, através de uma pesquisa bibliográfica que, conforme Severino (2016, p. 131),

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Adicionalmente, Romanowski e Ens (2006, p. 40) acrescentam que o estado do conhecimento diz respeito a um “recorte de um estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado”. Além disso, consideram esses estudos importantes na ascensão da proficiência de determinado campo de atuação, algo que se propõe a fazer em nossa área a partir deste estudo, contribuindo para a discussão sobre as práticas esportivas das mulheres em nosso país.

A partir de então, foi possível direcionar-se para o *locus* do estudo, o qual corresponde à revista Movimento, um periódico pertencente ao departamento de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, proporcionando um espaço de investigação empírica do Art. 54, presente no Decreto n. 3.199/1941.

A determinação do espaço de coleta de dados se deu por meio da análise dos artigos da referida revista, como campo de pesquisa. A opção por esse periódico se deu pelos estudos desenvolvidos na UFRGS, mais especificamente no Centro de Memória do Esporte – CEME, que concentra áreas que envolvem o esporte para mulheres.

Uma das vantagens da revista Movimento é o fato de ela possibilitar publicações advindas das escolas de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS. Evidencie-se, dessa forma, que tais ações só são possíveis mediante os esforços depreendidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa daquela Universidade (PROPESQ/UFRGS), por meio do Programa de Editoração de Periódicos do Governo Federal e tendo como parceiros o Ministério do Esporte e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que, conforme disposto no periódico, tem por objetivo:

divulgar a produção científica nacional e internacional, sobre temas relacionados à Educação Física, no que tange aos seus aspectos pedagógicos, históricos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, o periódico recebe, avalia e publica manuscritos que problematizem os fenômenos e os temas investigados, tendo como fundamentos teóricos, metodológicos, analíticos e interpretativos aqueles oriundos das Ciências Humanas e Sociais. O periódico aceita manuscritos originais nos idiomas português, espanhol, inglês e francês (Movimento, 2022).

A pesquisa foi estruturada através do acesso direto no site da Revista Movimento, no dia 22 de julho de 2022. Identificou-se o item “busca” e foram acrescentados os seguintes descritores: mulher e esporte sem aspas, identificando-

se 16 artigos; mulher e esporte, com aspas, com 07 artigos; esporte feminino com aspas, encontrando-se 02 artigos e, por fim, esportes femininos sem aspas, que retornou 26 artigos.

Para o processo de análise dos dados, o trabalho foi ancorado em Bardin (2001), o qual observa a existência de algumas etapas procedimentais, as quais envolvem o tratamento de conteúdo e, entre elas, as seguintes fases aconteceram: inicialmente, realizou-se uma pré-análise exploratória dos dados por meio de uma leitura flutuante e, na etapa seguinte, efetuou-se o inventário dos artigos, de modo que todos foram identificados.

Durante a análise dos dados, foram tomados como referências os estudos de Goellner (2008), os quais abordam questões relativas às mulheres no esporte. Desse modo, elegeram-se a categoria denominada de “proibição”, uma vez que, no artigo 54 do decreto e na deliberação n. 7 do Conselho Nacional de Desporto de 1965, constam as formas de proibições referentes as mulheres participarem de determinadas modalidades esportivas em nosso país.

A partir da concepção do parágrafo anterior e em caráter complementar, percebe-se que a composição histórica formada pelos artigos selecionados foi capaz de estruturar uma narrativa que, apesar de não representar a totalidade dos eventos pertinentes ao contexto que envolve a mulher nos esportes, direciona o entendimento para uma historicidade que, segundo Le Goff (1990), deve ser pesquisada a fim de se contribuir com a memória temporal pois, desse conceito, foi possível proceder a lógica dos conteúdos evidenciados nos artigos escolhidos, os quais serão apresentados e discutidos.

ANÁLISE DE DADOS

Na perspectiva do mapeamento da temática ora em voga, deu-se início à análise dos dados obtidos nos artigos publicados na Revista Movimento, revista de Educação Física da UFRGS.

A partir da leitura flutuante dos vinte e seis artigos, efetuou-se o inventário dos dados, realizando a leitura dos títulos, das palavras chaves, dos resumos e buscando identificar se o artigo alcançava a temática. A segunda etapa foi direcionada ao corpo do texto, quando pesquisou-se, com uso do atalho Ctrl+F do teclado, os descritores “decreto”, “mulher” e “proibição”, para então analisar se

estavam abordando sobre o decreto estudado, chegando-se ao número de 07 (sete) artigos e, a partir de então, o quadro 02 foi criado.

Os sete artigos selecionados para mapeamento desta pesquisa, os quais estão dispostos nas publicações da Movimento, encontram-se na seguinte disposição: um artigo no v. 24/n. 2; quatro artigos [S. l.], v. 27; um artigo no v. 19, n.1 e um artigo no v.18, n. 2, conforme disposto no quadro 02.

Quadro 02 - Artigos selecionados para análise na Revista movimento – UFRGS.

Artigos	v/n	Título	Autor/ano	Palavras-chave	Locus	Tipo de pesquisa
1	v. 24, n. 2	Produção acadêmica em futebol e futsal feminino: Estado da arte dos artigos científicos nacionais na área da educação física.	Júlia Barreira, Maria Camila Rodrigues Gonçalves, Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros, Larissa Rafaela Galatti / 2021.	Futebol. Mulheres. Educação Física. Bibliometria.	Periódicos indexados pela Qualis Capes na área 21.	Pesquisa Bibliográfica Estado do conhecimento.
2	[S. l.], v. 27	Produção científica relacionada ao futebol de mulheres em teses e dissertações brasileiras na área da educação física.	Mariana Klauck Beirith, Franciane Maria Araldi, Alexandra Folle / 2021.	Futebol. Mulheres. Bibliometria.	Banco de Teses e Dissertações da Capes, do IBICT e do NUTESES	Pesquisa de caráter bibliométrico.
3	[S. l.], v. 27	Trajetória no basquetebol e perfil sociodemográfico de atletas brasileiras ao longo da carreira: um estudo com a liga de basquete feminino (LBF).	Larissa Rafaela Galatti, Cesar Vieira Marques Filho, Yura Yuka Sato dos Santos, Guilherme Watoniki, Paula Korsakas, Luciano Allegretti Mercadante / 2021.	Basquetebol Mulheres. Prática Profissional.	Liga de Basquete feminino – LBF.	Estudo de caso.

4	[S. l.], v. 27	Cinquenta anos de futebol feminino na placar: de gols anulados a triunfos em casa?	David Wood / 2021.	Mulheres. Futebol. Iniquidade de Gênero. Meios de comunicação de massa.	Revista Placar.	Representação social e política.
5	[S. l.], v. 27	As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil.	Mariana Zuaneti Martins, Kerzia Railane Santos Silva, Vitor Vasquez / 2021.	Mulheres. Negras. Futebol. Esportes.	PNAD/2015.	Estatística descritiva e inferencial.
6	v.19, n.1	Uma história do futebol feminino nas páginas da revista Placar entre os anos de 1980 – 1990.	Leila Salvini, Wanderley Marchi Júnior / 2013.	Futebol. Feminino. Revista. Placar História do Futebol Feminino.	Revista Placar.	Análise de conteúdo.
7	v. 18, n. 02	As identidades da atleta brasileira: os "pontos de apego temporários" da mulher na vida esportiva.	Márcio Antônio Tralci Filho, Kátia Rubio / 2012.	Estudos. Culturais. Crise de Identidade. Olimpismo. Gênero.	Atletas Olímpicas.	História de vida.

Fonte: Elaboração própria.

O que se pode extrair dos sete artigos analisados é que, a partir dos seus títulos, nenhum apresenta algo que possa identificar tratar do decreto estudado, ou seja, tendo como ponto de partida o título, essa identificação não foi possível. Dois artigos são de pesquisas quantitativas e outros cinco de pesquisas qualitativas.

Em relação às palavras-chave, não há registros das expressões “decreto” e “proibidas”, porém, “mulheres”, aparece em cinco artigos, como foi destacado no quadro 02. Diante do exposto nos títulos, nas palavras-chave, nos resumos e nos objetivos, deliberou-se por realizar a leitura completa dos artigos.

Assim, no artigo 01: “Produção acadêmica em futebol e futsal feminino: Estado da arte dos artigos científicos nacionais na área da educação física” (Barreira *et al.*, 2018), o termo “proibição” aparece 02 vezes e “proibições”, 01 vez. Esse artigo mapeou e discutiu a produção científica nacional do futebol e do futsal feminino, o

qual constatou que as publicações sobre o futebol feminino ultrapassam um terço dos estudos no que diz respeito às questões de gênero (Barreira *et al.*, 2018). Assim, para essas autoras: “Verificamos que os estudos de gênero representam, aproximadamente, um terço de toda a publicação sobre futebol e futsal feminino em periódicos nacionais de Educação Física. Esse resultado reflete a necessidade do debate sobre gênero para reverter um cenário” (p. 616). Já no que diz respeito ao decreto analisado neste trabalho, as autoras indicam:

As concepções apresentadas acima, unidas à proibição legal, geraram condições desiguais de acesso e participação esportiva aos homens e às mulheres. Ainda que as mulheres tenham transgredido as regras e as proibições da época (GOELLNER, 2005; MOURÃO; MOREL, 2005), a participação esportiva feminina no Brasil foi menor que a masculina, especialmente no que tange às modalidades de futebol e futsal. As consequências também se estenderam ao campo científico, no qual os primeiros estudos sobre futebol feminino foram publicados somente no final da década de 1990 (Barreira *et al.*, 2018, p. 608).

Portanto, as percepções construídas em relação às restrições legais estão em consonância com as análises de Goellner (2005), a qual sustenta que apesar das interdições impostas às mulheres em algumas atividades esportivas, o que implicou na falta de espaço para usufruto de modalidades como futebol e futsal, bem como na atuação científica, elas suplantaram os dispositivos em busca da igualdade desportiva e cultural.

O segundo artigo selecionado, intitulado “Produção Científica Relacionada ao Futebol de Mulheres em Teses e Dissertações Brasileiras na Área da Educação Física” (Beirith *et al.*, 2021), consistiu de um mapeamento e exploração da produção científica a respeito do futebol para mulheres em teses e dissertações brasileiras. O campo de análise foi a área de conhecimento da educação física, contida no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tendo como referência a década de 2010. Desta pesquisa, foi possível encontrar 09 dissertações e 02 teses a respeito da temática, nas quais a maioria das pesquisadoras eram mulheres: oito do total dos onze trabalhos analisados pelas autoras. A busca pela categoria ‘proibição’ não apresentou qualquer resultado, entretanto, digitando-se a expressão “proibi”, a ferramenta destaca o termo “proibia”. Apesar das autoras não abordarem diretamente o Decreto n. 3.199/1941, elas fizeram referência ao Parecer n. 07/1965 do Conselho Nacional

de Desporto e, ao mencionarem tal dispositivo legal, utilizam o termo “decreto”, da seguinte forma: “Publicado em 1965 pelo Conselho Nacional de Desportos, o Decreto n. 7 proibia as mulheres de praticarem algumas modalidades esportivas, sendo uma delas o futebol” (Beirith *et al.*, 2021, p. 02).

O artigo 03 tem relação com a “Trajetória no basquetebol e perfil sociodemográfico de atletas brasileiras ao longo da carreira: um estudo com a liga de basquete feminino (LBF)” (Galatti *et al.*, 2021), no qual “o objetivo foi investigar indicativos esportivos e sociodemográficos ao longo da carreira de atletas da LBF” (Galatti *et al.*, 2021, p. 04). Para os autores, no que diz respeito a categoria “proibição”, identificou-se que:

Ainda que o basquetebol não tenha estado dentre as modalidades proibidas por decretos legais até 1979 – como aconteceu com outros esportes, como futebol, futsal e polo aquático –, existem relatos históricos de barreiras sociais para a prática por atletas naquele período, mesmo daquelas que fizeram parte das seleções brasileiras que conquistaram dois ouros nos Jogos Pan-americanos de 1967 e 1971, ou a medalha de bronze no mundial de 1971 (GUEDES, 2009). Curiosamente, além do basquetebol não ter sido proibido, o Brasil ainda sediou o campeonato mundial em 1971, em um lotado ginásio do Ibirapuera, o que surpreendeu inclusive as atletas (GUEDES, 2009). (Galatti *et al.*, 2021, p. 02).

Os autores são expressivos ao afirmarem que, naquela época, às mulheres encontravam dificuldades quando intencionavam praticar o basquete. O tema em questão mereceu atenção da pesquisadora Goellner (2016), a qual desenvolve estudos a respeito da construção dos gêneros no tocante ao esporte em questão e o quanto a sociedade recriminava a participação das mulheres em modalidades esportivas, tal qual aconteceu com o basquete.

No artigo 04, com título “Cinquenta anos de futebol feminino na placar: de gols anulados a triunfos em casa?”, Wood (2021) faz uma análise das representações do futebol feminino veiculadas na revista Placar.

Levando-se em consideração a categoria “proibição” definida neste trabalho, infere-se que, no mesmo período em que as mulheres foram proibidas de participar oficialmente da modalidade esportiva futebol, a conjuntura vigente criava um discurso que enfraquecia as intenções de se promover a modalidade futebolística feminina. Dessa forma, o mesmo autor (2021, p. 16) apresenta quais mecanismos foram utilizados neste processo e conclui que é preciso “[...] entender como se estabelecem os discursos tanto textuais como visuais que serviram com frequência

para deslegitimar o futebol praticado por mulheres”.

O artigo 05, “As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil” (Martins Silva & Vasquez, 2021), discorre a respeito da lacuna de marcadores sociais, a exemplo da classe e da raça, além da intersecção de gênero e organização dessa modalidade de futebol para as mulheres (Martins Silva & Vasquez, 2021).

Em relação à categoria “proibição”, destaca-se o que consideram os autores:

Em geral, as narrativas sobre o futebol de mulheres no Brasil se iniciam com marcos históricos que encenam as interdições, invisibilidades e silenciamentos que tal prática foi objeto ao longo de boa parte do século XX. Certa parte da historiografia do tema mais recentemente vem demarcando também a resistência dessas mulheres, sobretudo nos contextos de proibição formal da modalidade, que ocorreu de 1941 a 1979 (RIBEIRO, 2018; SILVA, 2015). (Martins Silva & Vasquez, 2021, p. 02).

Tais proibições ou interdições poderiam ser vistas como estratégias de silenciamento e tentativa de extinção da prática do futebol pelas mulheres. Essas abordagens têm sido discutidas por diversos estudiosos, incluindo Goellner (2005), que se baseou em relatos de várias mulheres que estiveram envolvidas na prática do futebol durante aquele momento.

No sexto artigo estudado, intitulado “Uma história do futebol feminino nas páginas da Revista Placar entre os anos de 1980-1990” (Salvini & Marchi Júnior, 2013), os autores dissertam acerca da veiculação do futebol feminino apresentado pela Revista Placar¹² no período de 1980-1990, quando 457 exemplares foram publicados, e 08 analisados. Segundo Salvini e Marchi Júnior (2013, p. 112):

De maneira geral, podemos concluir que as informações veiculadas pela revista Placar são organizadas basicamente em três principais elementos. Inicialmente apresentam informações relacionadas a proibição e permissibilidade da prática do futebol pelo público feminino; posteriormente, a revista veicula matérias abordando a habilidade feminina para jogar futebol, frisando principalmente o surgimento a performance do Esporte Clube Radar; e finalizando, um tema que permeia os elementos anteriores e é recorrente nessa fase da revista, são as matérias que exaltam as características de feminilidade normativa nas jogadoras de futebol.

No que diz respeito à categoria “proibição”, os autores clarificam

¹² A Revista Placar é uma revista de circulação nacional que aborda sobre esportes e mais intensamente sobre o esporte Futebol e, mais ainda, o futebol masculino.

intensamente os resquícios deixados pelo Decreto n. 3.199/1941, ao considerarem que o momento mais proibitivo para as mulheres ocorreu na ditadura militar. Portanto, foi nesta etapa histórica que elas ficaram impedidas de praticarem algumas modalidades esportivas, entre elas o futebol, o polo, o rúgbi, o halterofilismo e o baseball (Salvini & Marchi Júnior, 2013).

O artigo 07, intitulado: “As identidades da atleta brasileira: os “pontos de apego temporários” da mulher na vida esportiva” (Tralci Filho; Rubio, 2012), tem como objetivo:

analisar aspectos das identidades de atletas mulheres olímpicas brasileiras e a construção desse papel social tanto no cenário olímpico como no contexto social brasileiro. Para tanto, serão consideradas questões específicas como a inserção da mulher no cenário e no contexto olímpico, os discursos das protagonistas que ocuparam e ocupam o papel social de “atletas olímpicas”, e as referências que tangenciam os conceitos de identidade (Tralci Filho; Rubio, 2012, p. 257).

Neste artigo, identificou-se 04 ocorrências do termo “proibição”, categoria que foi estabelecida neste estudo para análise. Em uma delas, os pesquisadores recorrem ao autor Castellani Filho, referência da área de educação física, mais especificamente do trato histórico desta área e de desportos.

Após a análise dos sete artigos e sendo vencidos os pontos necessários relativos à identificação da categoria “proibição”, caminha-se para a seção seguinte, intitulada “Conclusões”, em que serão apresentadas as últimas considerações advindas das análises dos artigos estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que, diante das leituras realizadas nos sete (07) artigos, a categoria de estudo definida, qual seja, “proibição”, foi encontrada em todos eles. Ademais, todos os estudos abordam discussões a respeito da proibição, fortalecendo a contrariedade do imposto pelas leis oficiais do país, quer seja por meio de decretos, quer seja por normativas legais, que restringia as práticas esportivas que fosse contrária à “natureza” feminina das mulheres.

A utilização da fundamentação teórico-metodológica a partir da obra História e Memória, de Le Goff (1990), alinhada aos estudos de esporte para mulheres de Goellner (2005) foi, na nossa percepção, de fundamental importância para análise

do Decreto n. 3.199/1941 estudado.

Assim, mediante a análise dos artigos, foi possível detectar que, durante o período de vigência do referido diploma legal, houve registros do seu descumprimento em várias ocasiões.

Apesar da proibição imposta pelo decreto, a prática de algumas modalidades esportivas pelas mulheres existiu e, na verdade, houve até resistência e violação por parte delas pois, ao passo que continuaram a realizar atividades como as de futebol, tal ação repercutiu na participação das mulheres nas modalidades de futebol de campo e futsal.

Embora a revogação tenha ocorrido desde o final da década de 1970, os resquícios de tal proibição estão presentes até o contexto atual, devido aos valores culturais agregados e originados da sociedade patriarcal da qual estamos todos inseridos pois, conforme destacam Barreira *et al.* (2018), mesmo após a liberação das práticas esportivas proibidas, o percentual de mulheres no esporte ainda está muito aquém do quantitativo masculino.

Ainda foi possível identificar na maioria dos artigos, mais notadamente em seis dos sete, que tais estudos tratam das modalidades esportivas do futebol e futsal. Logo, relacionamos tal constatação ao fato de que estas modalidades são as que mais sofreram e sofrem preconceito em relação à sua prática pelas mulheres. Portanto, as consequências da proibição nestas modalidades são mais intensas até os dias atuais e, sem sombra de dúvidas, ainda repercutem nas questões profissionais, pessoal e de gestão futebolística.

Por fim, ressalta-se que revistas como a Movimento se configuram como uma oportuna fonte de referências científicas, conjugando elementos que atravessam as áreas acadêmicas, o ambiente que envolve os esportes, o gênero e com alcance nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, J., GONÇALVES, M. C. R., MEDEIROS, D. C. C. de, & GALATTI, L. R. Produção acadêmica em futebol e futsal feminino: estado da arte dos artigos científicos nacionais na área da educação física. *Movimento* (ESEFID/UFRGS), 24(2), 607, 2018. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.80030>.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2001.

DECRETO-LEI n. 3199, de 14 de abril de 1941. *Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país*. Brasil, 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 31 de jul. 2022.

BEIRITH, M. K., ARALDI, F. M., & FOLLE, A. Produção científica relacionada ao futebol de mulheres em teses e dissertações brasileiras na área da educação física. *Movimento* (ESEFID/UFRGS), e27064, 2021. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113239>.

D'ARAUJO, M. C. *O Estado novo*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2000.

GALATTI, L. R., MARQUES FILHO, C. V., SANTOS, Y. Y. S. dos, WATONIKI, G., KORSAKAS, P.; MERCADANTE, L. A. Trajetória no basquetebol e perfil sociodemográfico de atletas brasileiras ao longo da carreira: um estudo com a liga de basquete feminino (LBF). *Movimento* (ESEFID/UFRGS), 27, e27014, 2021. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.106017>.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira De Educação Física e Esporte*, 19(2), 143-151, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000200005>.

GOELLNER, S. V. "As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte": esporte, eugenia e nacionalismo no brasil no início do século XX. Recorde: *Revista de História do Esporte*, 1(1), 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/790/731>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

GOELLNER, S. V. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. *Revista USP*, (108), 29-38, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i108p29-38>.

LE GOFF, J. *História e memória*. tradução Bernardo Leitão Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MARTINS, M. Z., SILVA, K. R. S., & VASQUEZ, V. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no brasil. *Movimento*, 27, e27006, 2021. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.109328>.

MOVIMENTO: Revista de Educação Física da UFRGS (). *Apresentação da revista*, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento>. Acesso em: 07 de agos. de 2022.

ROMANOWSKI, J.p; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em Educação. *Revista Diálogo Educacional*, 06(19), 2006.

SALVINI, L., & MARCHI JÚNIOR, W. Uma história do futebol feminino nas páginas

da revista Placar entre os anos de 1980 – 1990. *Movimento*, 19(1), 95–115, 2012. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.31644>.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Silva, L. P. *A construção do corpo no futebol de mulheres: estabelecendo relações com a saúde*. (Dissertação de Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 2020.

STAMATTO, M. I. N. A legislação como fonte para a História da Educação. In: (Org.) SOUZA, E. C de; VASCONCELOS, J. G; CASTRO, C. A. *História da Educação: memória, arquivos e cultura escolar*. Rio de Janeiro: Salvador: Quartet: Uneb, 2012.

TRALCI FILHO, M. A; RUBIO, K. As identidades da atleta brasileira: os "pontos de apego temporários" da mulher na vida esportiva. *Movimento*, 18(2), 255–275, 2012. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.21106>.

WOOD, D. Cinquenta anos de futebol feminino na Placar: de gols anulados a triunfos em casa? *Movimento*, 27, e27002, 2021. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.109870>.



Capítulo 4
ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA NO CAMPO: O
CONSULTOR NO PROGRAMA BAHIA PRODUTIVA
Diego Pita Ramos

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA NO CAMPO: O CONSULTOR NO PROGRAMA BAHIA PRODUTIVA

Diego Pita Ramos

Graduado em Sociologia, Ciências Econômicas, e Gestão Ambiental. É mestre em Planejamento Territorial, e atua como professor no ensino médio e técnico, e no nível superior.

RESUMO

As políticas públicas são essenciais para auxiliar a sociedade frente as distorções do sistema capitalista, estas são de diversos tipos e com finalidades diversas, variando de acordo com o perfil do governo e as necessidades sociais. Assim como nos investimentos privados, os públicos, por meio das políticas de estado, devem sempre buscar uma maior eficiência na aplicação dos recursos (financeiros, materiais e humanos) para o alcance de seus objetivos, para tanto se faz necessário um planejamento estratégico. Dito isso, o presente artigo pretende apresentar os aspectos inerentes ao Projeto Bahia Produtiva, do governo do Estado da Bahia, no que se refere a utilização de consultores, por meio do planejamento estratégico, para garantir o profícuo desenvolvimento dos objetivos do Projeto. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e documental, em livros, artigos, e na página do programa na web. Ao fim do estudo percebeu-se que a inovação na política pública estudada permite uma melhor utilização do dinheiro público, ao utilizar princípios da administração privada.

Palavras-chave: Planejamento estratégico. Bahia Produtiva. Consultor.

1 INTRODUÇÃO

Por política pública pode-se entender o conjunto de ações que visam atender determinados setores da sociedade em face aos problemas existentes. Para sua efetivação é essencial que se desenvolva uma cooperação entre o governo e a sociedade (SOUZA, C, 2003). A essa cooperação desenvolvida entre poder público e sociedade Evans (1993) nomeou-a de sinergia, que é a relação de engajamento

entre as partes, com vista ao reforço mútuo de suas metas.

As políticas públicas são ações do Estado que orientam, por meio do emprego de normas e métodos previamente estabelecidos, a elaboração e implementação/execução da administração pública no que dizem respeito à distribuição e redistribuição do poder, a tomada de decisão e os conflitos que ocorram entre os atores sociais envolvidos, bem como o regramento quanto ao montante de recursos para se ofertar os bens e serviços públicos que se deseja fomentar (TEIXEIRA, 2002).

O âmbito das políticas públicas é diverso e estudado por várias ciências sociais, sendo uma delas a economia, a qual visa analisá-las as mesmas por meio das falhas de mercado (como a existência de mercados de competitividade imperfeita, existência de bens públicos, externalidades negativas, entre outros), ou seja, busca-se atingir um ótimo social, frente à impossibilidade das ações isoladas dos agentes privados realizarem esse mesmo ótimo. Vale ressaltar que essa é uma abordagem da escola keynesiana, a qual se contrapõe à escola clássica, ao entender que é essencial que o Estado intervenha na economia para atingir o desenvolvimento, ao invés de esperar que por meio dos mecanismos de mercado e da “mão invisível” a economia se ajuste e, assim, obtenha o desenvolvimento (SOUZA, N, 2005).

Nessa perspectiva, o Governo do estado da Bahia com a finalidade de modificar o contexto socioeconômico da agricultura familiar, lança (através de empréstimo firmado junto ao Banco Mundial) o Bahia Produtiva, no qual por meio de diversos editais (14 até o momento) busca diversificar investimentos públicos em todos os territórios baianos.

Posto isso, o presente artigo pretende apresentar os aspectos inerentes ao Projeto Bahia Produtiva, do governo do Estado da Bahia, no que se refere a utilização de consultores, por meio do planejamento estratégico, para garantir o profícuo desenvolvimento dos objetivos do Projeto.

A pesquisa é de cunho qualitativo, tendo utilizado o levantamento bibliográfico para a construção da revisão de literatura, por meio de leituras em livros e artigos científicos; além de pesquisa documental, por meio do levantamento de dados referentes ao Projeto Bahia Produtiva (objeto deste estudo), disponível no sítio eletrônico de seu órgão executor, a saber, a CAR (Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional).

Assim, este artigo discutirá sobre administração estratégica e a importância de se estruturar um plano de negócios para garantia de alcance dos resultados pretendidos por um empreendimento. Na sequência apresentar-se-á as características do Bahia Produtiva e seu formato inovador que traz a figura de um consultor em negócios para apoiar a política pública de desenvolvimento rural. Por fim, será apresentada as principais conclusões levantadas ao longo da pesquisa.

2 ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA E O BAHIA PRODUTIVA

Neste tópico do trabalho serão abordados os principais conceitos inerentes ao **planejamento estratégico, administração estratégica e plano de negócios**, ambos acompanhados de suas devidas discussões; trataremos ainda sobre o Programa do Governo do Estado da Bahia, o Bahia Produtiva.

2.1 PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Em sentido etimológico, estratégia possui origem grega e significa comando ou ofício de um general, *strategia*, a qual por sua vez é uma derivação da palavra *strategos*, que surgiu da junção de dois vocábulos: *stratos* e *agein*, sendo que o primeiro é equivalente a expedição, multidão, exército; enquanto o segundo relaciona-se a comandar e liderar. Ou seja, estratégia tem em sua origem o sentido militar, de comandar em combate; só que atualmente tem relação com as diversas áreas do conhecimento, como política, economia, administração, entre outros; e pode ser compreendido como os meios utilizados para se alcançar um resultado/objetivo ótimo.

No âmbito da administração/gestão a estratégia está ligada a como a empresa deve utilizar seus recursos para alcançar seus objetivos, ou ainda, como a organização deverá superar seus concorrentes e problemas internos para garantir seu lucro e ampliá-lo. Para isso, é essencial que a organização se utilize de alguns meios. Conforme apontam Fernandes e Berton (2005, p. 9), “a administração estratégica é o processo de planejar, executar e controlar, conduzindo a organização por meio de uma estratégia ampla, abrangendo as áreas de marketing, de operações, de pessoal e de finanças”.

A razão de ser de qualquer empresa é a obtenção do lucro, diferentemente de outros tipos de organizações (como OSC's e Partidos Políticos, por exemplo); o desejo do empresário é de sempre obter o maior lucro possível, dessa maneira, todas as estratégias empresariais são os caminhos pelos quais a empresa percorre para obter ou maximizar seu lucro.

Contudo, num mercado competitivo, a empresa deve assumir que não basta apenas elaborar os procedimentos para alcançar seu lucro, como se fosse uma atividade interna, mas sim, deve pensar a empresa “para fora”, observando seus concorrentes e criando mecanismos para neutralizar ou se sobrepor às estratégias deles.

Para isso, é essencial que o empresário faça uma análise do mercado em que está inserido, e nesse diagnóstico é essencial que se conheça os concorrentes, mas também deve-se conhecer seu próprio negócio.

Para tanto, há uma ferramenta que auxilia nestes procedimentos, a Matriz de análise SWOT (ou FOFA), a qual recebe esse nome por ser um acrônimo das palavras em inglês *strengths*, *weaknesses*, *opportunities*, *threats*, que significam forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, respectivamente.

Imagem 1 – Matriz FOFA ou SWOT

Análise Swot



Fonte: disponível em: <https://www.agendor.com.br/blog/matriz-swot-como-fazer/>

Como pode ser visto na imagem acima, a matriz FOFA analisa o ambiente interno e externo do empreendimento, observando suas fraquezas e potencialidades, assim como as ameaças e oportunidades, essa ferramenta é

bastante utilizada no planejamento estratégico durante as análises de cenário (TAVARES, 2005).

Uma vez com o diagnóstico produzido, chega-se o momento da construção do planejamento, que segundo Pereira (2010) o planejamento pode ser compreendido em sua essência a partir de quatro visões distintas; porém complementares: a visão globalística ou sistêmica; participativa; empreendedora ou inovadora; e humanística. Ou seja, a empresa deve ser entendida em sua totalidade, seu ambiente interno (colaboradores, planta, investimentos etc.) e externo (clientes, concorrentes, e demais influenciados pela organização).

Aqui discutimos o conceito de estratégia e de planejamento, sendo que esse último conforme a visão apontada carece da visão da empresa como um todo, por isso, uma das ferramentas utilizadas é a matriz FOFA, como visto; cabe agora, definir o conceito de planejamento estratégico.

De acordo com RIBEIRO (2010) o planejamento estratégico tem sido considerado de maneira diferente ao longo dos anos, sendo que na década de 1960 ele estava mais ligado às metas e objetivos de longo prazo da empresa, bem como os investimentos que careciam ser realizados para seus alcances. Na década seguinte, “como um padrão de objetivos, propósitos ou metas e as principais políticas e planos para alcançar essas metas” (RIBEIRO, 2010, p. 17).

Na sequência, o planejamento estratégico foi apresentado como um processo baseado em cinco dimensões por STEINER (1979 *apud* RIBEIRO, 2010).

(1) assunto abordado (relacionado a departamentos da empresa); (2) elementos (propósitos, objetivos, estratégias, políticas, normas, procedimentos, orçamentos); (3) tempo (curto, médio ou em longo prazo); (4) unidades de negócio; e (5) características (complexidade e qualidade relacionadas a planejamento estratégico ou tático, público ou confidencial)” (RIBEIRO, 2010, p. 18).

Já na década de 1980, o planejamento estratégico era visto como o que “o que determinava o contexto referencial para as atividades de negócios de uma empresa e estabelecia as diretrizes para coordenar essas atividades, de forma que a empresa pudesse lidar com o ambiente externo mutante e exercer influência sobre ele” (RIBEIRO, 2010, p. 18). Nos anos 1990, sob influência de Michael Poter, o planejamento estratégico passa a ser visto como a busca por vantagens competitivas sobre os concorrentes (DAY; REIBSTEIN, 1999).

Ribeiro (2010) apresenta ainda que no início dos anos 2000, a análise volta-

se para dentro da empresa, apontando que

Mintzberg e Quinn (2001, p.21) o conceituaram como uma “sequência passo-a-passo das ações necessárias para atingir os principais objetivos, expressando como esses serão alcançados dentro dos limites impostos pelas políticas”, complementados por Hunger e Wheelen (2002): plano mestre abrangente que estabelece como a empresa irá alcançar sua missão e seus objetivos.

Oliveira (2010) vai apresentar que o planejamento estratégico está associado ao ambiente externo e interno, para que se identifique metodicamente as áreas que carecem de investimentos (material, humano, intelectual e financeiro) por parte da empresa, e as devidas ações para garantir a eficiência destes investimentos.

Em posse do planejamento da empresa, chega-se o momento de pô-lo em prática, para tanto, cada etapa deve estar bem clara para os diversos setores e colaboradores para que a execução possa ser capaz de atingir os objetivos esperados.

A execução não é a etapa final do procedimento empresarial, resta ainda a verificação do cumprimento daquilo que foi planejado, desse modo, a empresa deve criar um dispositivo de acompanhamento da execução do planejamento estratégico, com a finalidade de desenvolver uma avaliação do empreendimento e suas ações, para que assim sejam mantidas as que vêm correndo bem, ajustar aquelas que careçam de mais um toque para atingirem 100% do pretendido e, ainda, contornar e ou substituir as ações que possuem inconformidade prática frente ao planejado.

Essa revisão e retroalimentação empresarial é imprescindível para o sucesso de uma empresa, por isso que a etapa de avaliação é tão importante, quanto cada uma das anteriores.

Todas essas etapas anteriormente apontadas são partes de uma ferramenta de auxílio para a administração empresarial, a saber, o Plano de Negócios, o qual é apresentado de maneira pormenorizada e em seu aspecto integral, no tópico a seguir.

2.2 O PLANO DE NEGÓCIOS

O plano de negócios (PN) pode ser definido como

Um plano de negócio é um documento que descreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que

esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado (SEBRAE, 2013).

Como pôde ser visto o plano de negócios é um documento que analisará a viabilidade ou não de uma ideia de negócio, é um guia de como o empreendedor deverá realizar investimentos para alcançar os objetivos definidos.

Uma vez com a noção sobre o que vem a ser o plano de negócios, vamos verificar sua estrutura, discutindo cada uma de suas partes, as quais: sumário executivo; análise de mercado; plano de marketing; plano operacional; plano financeiro; construção de cenários; e a avaliação¹³.

2.2.1 Sumário executivo

Se trata do resumo do PN, e apesar de ser a primeira parte do plano, deve ser confeccionado por último, que é quando já se terá todas as informações. Nessa parte temos:

Resumo dos principais pontos do plano de negócio; Dados dos empreendedores e do empreendimento; Missão; Setores de atividades; Forma jurídica; Enquadramento tributário; Capital social; Fonte de recursos.

2.2.2 Análise de mercado

Nessa etapa deverá conter o estudo detalhado do mercado em qual o empreendimento está situado. Assim, deverão ser desenvolvidos os: Estudo dos clientes; Estudo dos concorrentes e Estudo dos fornecedores.

2.2.3 Plano de Marketing

Essa parte do PN deve tratar sobre o que a empresa pretende oferecer aos seus clientes no mercado em que está inserido, além da descrição de como venderá seus produtos e ou serviços, assim, o plano de marketing é composto pela descrição dos principais produtos e serviços; preço; estratégias promocionais; estrutura de comercialização; localização do negócio.

¹³ Todos os tópicos sobre plano de negócios aqui apresentados são baseados em SEBRAE (2013).

2.2.4 Plano operacional

Essa etapa apresenta como deverá ser a estrutura física do empreendimento, bem como a disposição dos móveis, utensílios e equipamentos, além da definição do pessoal necessário para contratação mediante análise da quantidade de produtos que a unidade pode produzir (ou serviços que pode prestar) e os níveis que se pretende produzir ao longo dos turnos e períodos de tempo de operação da empresa.

Dessa maneira, é preciso detalhar no plano operacional o layout ou arranjo físico; capacidade produtiva/comercial/de serviços; processos operacionais; necessidade de pessoal.

2.2.5 Plano financeiro

Uma vez que se sabe o tamanho da empresa e o pessoal que é necessário para dar conta da produção do empreendimento, é chegado o momento de se analisar o quanto de recursos financeiros serão necessários para desenvolver as atividades do negócio e quanto se pretende faturar com as operações da empresa.

Para tanto, é preciso que se realize uma estimativa dos investimentos físicos; do Capital de giro; dos investimentos pré-operacionais; e do investimento total (o qual é um resumo do somatório de todos os outros investimentos anteriormente apresentados). Além das estimativa do faturamento mensal da empresa; estimativas do custo unitário de matéria-prima, materiais diretos e terceirizações; Apuração dos custos dos materiais diretos e/ou mercadorias vendidas; Estimativa dos custos com mão de obra; Estimativa do custo com depreciação; Estimativa dos custos fixos operacionais mensais; Demonstrativo de resultados e, por fim, análise dos Indicadores de viabilidade (Ponto de equilíbrio, lucratividade, rentabilidade, e prazo de retorno de investimento).

2.2.6 Construção de cenários

Como visto acima, deve ser minuciosa a análise das aplicações e estimativas financeiras, tudo isso para evitar perdas e fechamento do empreendimento, assim cabe ao empreendedor calcular os riscos do seu investimento, por isso, é preciso

que se realize análises de possibilidades, assim, deverá ser desenvolvida a construção de cenários, apresentando-se cenários pessimistas, realistas e otimistas, quando ao futuro do empreendimento.

2.2.7 Avaliação estratégica

A avaliação estratégica se dará por meio da análise do ambiente da empresa, para tanto deverá ser utilizado como ferramenta, nossa já conhecida, matriz FOFA/SWOT, com a finalidade de tornar a empresa mais competitiva e eficiente, corrigindo possíveis deficiências.

2.2.8 Avaliação do Plano de Negócios

Por fim, mas não menos importante, o PN deverá ter um instrumento de avaliação do empreendimento e do próprio plano, para que sejam constantes as análises, para que assim o empreendedor possa, sempre que necessário, criar estratégias para solucionar possíveis contratempos e conjunturas desfavoráveis.

Como visto, o plano de negócios é um instrumento de suma importância para o desenvolvimento de um empreendimento, serve como um mapa que guiará o empreendedor rumo ao alcance de seus objetivos com maior conhecimento do caminho a percorrer. Contudo, vale lembrar que mesmo com um PN bem elaborado os riscos ainda podem existir.

O próprio empreendedor pode elaborar seu plano de negócios, porém, por estar intimamente ligado a sua ideia de desenvolver determinada atividade, há o risco de negligenciar alguns detalhes, por isso é que se faz necessária a contratação de um profissional que se dedique exclusivamente com esta tarefa, assim, com a presença de um consultor os riscos na execução do investimento serão diminutos.

2.3 O BAHIA PRODUTIVA

O Projeto Bahia Produtiva é executado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), tendo o seu financiamento desenvolvido por meio de acordo de empréstimo firmado entre o Governo do estado da Bahia, junto ao Banco Internacional de Reconstrução

e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial (BAHIA, 2019).

O Projeto Bahia Produtiva é uma política pública que lança mão de estratégias para garantir a inclusão socioprodutiva de seu público beneficiário, o qual: Agricultores Familiares, Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto, Empreendedores da Economia Solidária, Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas, e Famílias Assentadas da Reforma Agrária (BAHIA, 2019).

Por meio do Bahia Produtiva foram financiados projetos nas linhas de inclusão socioprodutiva e de abastecimento de água e saneamento domiciliar, com foco nas comunidades de baixa renda da Bahia (BAHIA, 2019).

Os principais objetivos do Projeto são:

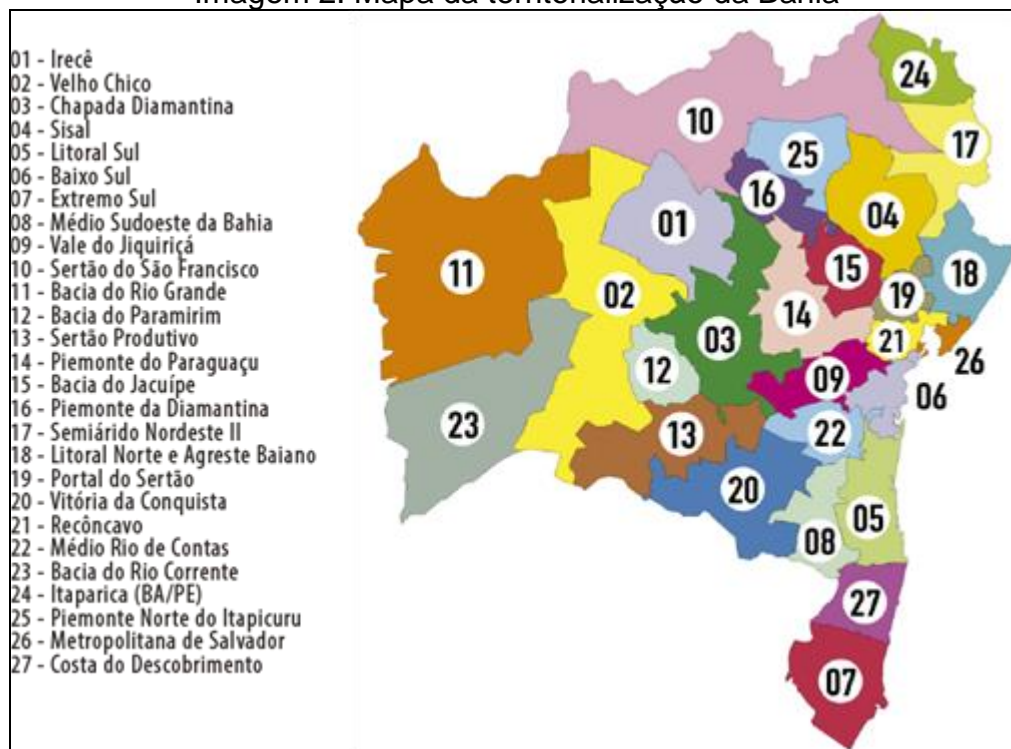
- Aumentar a integração ao mercado, promover a segurança alimentar e nutricional, melhorar o acesso ao serviço de abastecimento de água e saneamento de domicílios.
- Melhorar a infraestrutura básica necessária para apoio à produção e a comercialização.
- Promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária.
- Fortalecer a capacidade das associações comunitárias/organizações de produtores para elaborar e implementar e gerir os subprojetos.
- Promover a adoção de práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção (BAHIA, 2019).

Diferentemente do que sempre ocorreu na política investimento públicos no Estado baiano (que sempre concentraram aplicações na capital e região Metropolitana de Salvador), o Bahia Produtiva garante investimentos em todo o Estado, ao longo de todos os seus vinte e sete Territórios de Identidade da Bahia¹⁴, os quais podem ser vistos na figura abaixo, superando o modelo anterior de concentração de investimentos públicos na capital do estado e em sua região

¹⁴ A regionalização para as políticas públicas do governo do estado é desenvolvida por meio do conceito de Territórios de Identidade, os quais são formados por meio das interações realizadas entre os municípios baianos, essa territorialização é intermediada por meio da participação dos agentes públicos, sociedade civil e SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia), por meio dos Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADT's).

metropolitana (BAHIA, 2019).

Imagem 2: Mapa da territorialização da Bahia



Fonte: Bahia, 2019.

Segundo o Governo do Estado da Bahia o projeto beneficiará um total de 56.000 pessoas, dos quais trinta e nove mil são do eixo de **inclusão produtiva e acesso a mercados**; e os demais do eixo de **sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário** (BAHIA, 2019).

Sobre as questões operacionais do Bahia Produtiva, inicialmente a associação ou cooperativa preenche no sistema da CAR uma manifestação de interesse (que é uma espécie de pré-projeto para o investimento que a entidade acredita ser o mais necessário para seu empreendimento), apresentando os recursos que pretende investir, e de acordo com sua pontuação (baseada em barema específico estabelecido pelo programa que leva em consideração aspectos como situação organizacional e de participação do grupo, equidade de gênero, inserção de jovens, produção, entre outros) poderão ou não ser contemplada (BAHIA, 2019).

Uma vez tendo sido contemplado, o empreendimento recebe os recursos financeiros para fazer as aplicações no projeto anteriormente apresentado. Contudo, os empreendimentos apresentaram dificuldades em executar o convênio junto ao

governo do estado, e não obtiveram a celeridade pretendida; daí, como forma de contornar os problemas ora encontrados, a CAR criou a figura do consultor do Bahia Produtiva para acompanhar os empreendimentos na construção dos seus planos de negócios, bem como em sua execução.

Os consultores foram habilitados por meio de editais (três até o momento) publicados no sítio eletrônico da CAR, com o objetivo de viabilizar uma lista de profissionais aptos a elaborar Plano de Negócios das entidades contempladas com os recursos do Bahia Produtiva nos editais de subprojetos orientados ao mercado. As competências necessárias aos interessados na habilitação são: ter formação em Ciências Agrárias, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis ou Engenharia; experiência na elaboração de Planos de Negócios para investimentos; e, experiência no acompanhamento da implantação de empreendimentos coletivos (BAHIA, 2019).

A primeira etapa do processo de habilitação foi o envio dos currículos para análise da CAR, após, passam por um treinamento para o aprendizado sobre os detalhes do Plano de Negócio estruturado pelo Projeto, bem como a usualidade do aplicativo e da planilha específicos (BAHIA, 2019).

Uma vez habilitado o consultor deverá realizar as seguintes atividades: visita de campo, realização de reuniões com participação dos beneficiários, coleta de informações contábeis, financeiras e de gestão dos recursos humanos, planejamento das atividades para elaboração do Plano de Negócios, e construção e acompanhamento do plano de ação do empreendimento (BAHIA, 2019).

Para ser selecionado pelo grupo produtivo coletivo, o grupo envia um e-mail para os consultores habilitados, e por meio de um barema que leva em consideração a experiência na elaboração de planos de negócios e assessoria à empreendimentos coletivos, e pós-graduação na área de consultoria e áreas afins, conforme Termo de Referência da CAR (BAHIA, 2019).

Na consultoria via Bahia Produtiva o consultor fica responsável por realizar um diagnóstico do empreendimento; confeccionar o plano de negócios (contendo Plano Operacional, Plano de Produção, Plano de Marketing, Plano de investimento e Planejamento Estratégico); e realizar o acompanhamento da aplicação dos investimentos, de acordo com o cronograma definido com o empreendimento coletivo (BAHIA, 2019).

Assim, com a presença do consultor, o empreendimento tem um plano de

negócios elaborado dentro de todos os critérios e parâmetros técnicos, com viabilidade econômica, garantindo que o empreendimento seja assertivo quanto ao alcance de seus objetivos de produção e acesso ao mercado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho viu-se um pouco sobre políticas públicas, e a necessidade de se atuar no meio público na busca pela eficiência, tal como na iniciativa privada, de modo que algumas ferramentas e metodologias devem ser implementadas. Neste sentido, aqui foi abordada a administração estratégica, a qual está ligada ao planejamento, execução e controle; PN; e foram apresentados apontamentos sobre o Programa Bahia Produtiva, dando destaque ao papel do consultor em sua execução quanto aos investimentos por parte de seus beneficiários.

Desta maneira, foi sugerido que a inovação apresentada pelo Bahia Produtiva, ao inserir a figura do consultor como agente no âmbito da execução do Projeto, garantiu a maximização da utilização dos recursos públicos destinados aos empreendimentos beneficiários pelo Projeto; apresentando desta maneira uma melhoria quanto à viabilidade e sustentabilidade na utilização de recursos públicos, baseando-se em aspectos da administração privada, especificamente da administração e planejamento estratégicos.

A maximização dos resultados na aplicação de recursos financeiros é imprescindível em qualquer empreendimento, e para tanto se faz necessário um planejamento estratégico de cada etapa do projeto a ser executado, quer seja na administração corporativa ou pública.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional. **Bahia Produtiva**. Disponível em: < <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>>. Acesso em 10/07/2019.

DAY, George S.; REIBSTEIN, David J. **A dinâmica da estratégia competitiva**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

EVANS, P. O estado como problema e solução. São Paulo, Lua Nova:- **Revista de cultura e política**, n 28/29. 1993

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. **Administração Estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PAULILLO, Gustavo. **Matriz SWOT: como fazer a análise estratégica de sua empresa**. Disponível em: <<https://www.agendor.com.br/blog/matriz-swot-como-fazer/>>, acesso em 03/08/2019.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento estratégico: Teoria, modelos e processos**. 1 Vol. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Carina Coelho. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Análise da experiência de implementação em indústria de médio porte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - FACULDADES INTEGRADAS DE PEDRO LEOPOLDO, Pedro Leopoldo, MG, 2012.

SEBRAE. **Como elaborar um plano de negócios**. Brasília: SEBRAE, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH**, 39: 11- 2003.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica**. 2 ed. São Paulo: ATLAS, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em: 18/12/2012.



Capítulo 5

**GOVERNANÇA TERRITORIAL NO CONTEXTO DA
POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO: O TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE LITORAL SUL**

**Sara França Spinola
Jucileide Ferreira do Nascimento
Lais Spinola Pinheiro**

GOVERNANÇA TERRITORIAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO: O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL SUL

Sara França Spinola

Mestra em Políticas Sociais e Territórios/UFRB. E-mail: saritaspinola@gmail.com

Jucileide Ferreira do Nascimento

Docente POSTERR/CAHL/UFRB. Doutora em Política Social/UnB. E-mail: jucileide@ufrb.edu.br

Lais Spinola Pinheiro

Mestra em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL. E-mail: lais.spinola@outlook.com

RESUMO

Este artigo trata do conceito global de governança territorial e sua contribuição para o alcance dos objetivos da política de desenvolvimento territorial na Bahia, identificada como Territórios de Identidade. A pesquisa busca identificar a capilaridade da sociedade civil organizada territorialmente, reconhecendo suas diversas representações identitárias, necessárias à gestão dos assuntos públicos, a partir do envolvimento conjunto e cooperativo desses sujeitos sociais, econômicos e institucionais, dimensiona as experiências de descentralização político-administrativa brasileiras e orienta sobre a forma como essas experiências podem ser concebidas como principais exemplos de novas escalas territoriais de governança. A relevância do estudo, justifica-se na necessidade de compreensão sobre de que forma as forças produtivas deveriam ser associadas à solução dos problemas fundamentais da população, analisando o alcance dessa política a partir do arcabouço legal que institui a governança territorial, como instrumento da política de territorialização, no recorte contextual do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.

Palavras-chave: Estado. Território. Governança.

ABSTRACT

This article deals with the global concept of territorial governance and its contribution to achieving the objectives of the territorialization

policy. The research seeks to identify the capillarity of territorially organized civil society, recognizing its various identity representations, to manage public affairs, from the conjunto and cooperative involvement of social, economic and institutional subjects, sizes the experiences of Brazilian political-administrative decentralization and guides on how these experiences can be conceived as main examples of new territorial scales of governance. The relevance of the study is justified in the need to understand how productive forces should be associated with the solution of the fundamental problems of the population, analyzing the scope of this policy from the legal framework that establishes territorial governance, as an instrument of territorialization policy, in the contextual section of the Territory of Identity South Coast of Bahia.

Keywords: State. Territory. Governance.

1 INTRODUÇÃO

O termo Governança é utilizado por diversas áreas de conhecimento a exemplo da Administração e Ciência Política, tendo sua origem nas análises sobre o mundo das empresas, introduzido por Ronald Coase, em 1937, com a publicação do artigo “The Nature of the Firm”. A partir dos anos 70 se passou a utilizar o termo governança para designar os dispositivos operacionalizados pelas empresas para conduzir coordenações eficazes, ao acompanhamento de contratos e à aplicação de normas. A partir de 1975, o tema governabilidade das democracias foi objeto de análise, onde a hipótese central era de que os problemas de governabilidade na Europa ocidental, no Japão e nos Estados Unidos, fundavam-se na fratura entre o aumento das demandas sociais e a falta de recursos (financeiros e humanos) e de capacidade de gestão (MILANI e SOLINÍS, 2002).

Dallabrida (2005), insere o tema governança no debate sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento, propondo que a governança poderia ser entendida como o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região.

Tal definição compreende os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses públicos, estando inclusos as representações dos agentes estatais. A partir dessa caracterização, são propostos novos caminhos para desenvolvimento do território ou região, a depender da constituição e emergência de um novo bloco socioterritorial, que, por meio de processos de concertação público-privada que contemplem o caráter democrático

participativo, busquem construir consensos mínimos, pela articulação dos diferentes sujeitos e de suas diferentes propostas e visões de mundo, resultando no pacto socioterritorial, ou seja, o projeto político de desenvolvimento da região.

Nesse contexto, importa reconhecer a emergência de uma nova esfera de Governança Territorial, que possibilite promover efetivamente a articulação de sujeitos e processos de representação e participação política e conceber a dialética entre políticas públicas, desenvolvimento territorial e articulação institucional.

O presente artigo analisa o processo de constituição e implantação da proposta Território de Identidade, no Litoral Sul e aplicabilidade da estratégia Governança Territorial adotada pelo Governo do Estado da Bahia, como instrumento operacional na execução da política de desenvolvimento territorial.

Dentre os objetivos do trabalho em tela destaca-se: identificar a historicidade como elemento fundante do desenvolvimento socioeconômico da região; analisar os processos de caracterização e implantação dos Territórios de Identidade na Bahia, e por fim, investigar a aplicabilidade da ferramenta governança territorial como estratégia de planejamento. A pesquisa realiza um levantamento bibliográfico e documental, à luz do referencial da teoria social crítica e estabelece como parâmetro para os estudos, o marco legal em vigor, a Lei Estadual nº 13.214/2014, que define em seu Art. 4º, a necessária participação social e articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

A estrutura do artigo aborda na primeira parte a política territorial na Bahia, suas institucionalidades, características e especificidades, em seguida destacam-se a análise da gestão territorial, expressa através do Plano de Desenvolvimento Territorial (PTDSS) e, por fim, o desafio da dimensão territorial na formulação de políticas públicas.

2. POLÍTICA TERRITORIAL NA BAHIA E SUAS INSTITUCIONALIDADES, FRENTE ÀS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DO TERRITÓRIO LITORAL SUL

A Política de Desenvolvimento Territorial da Bahia, foi instituída através do Decreto 12.354, de 25 de agosto de 2010, e caracterizada como grupamento identitário formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e

geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído, como identidade que amplia as possibilidades de desenvolvimento social e territorial, e está contida no arcabouço institucional, que se manifesta como conquistas sociais, dentro de limites burocráticos aos anseios da sociedade civil, que emana de um processo de definição de novas institucionalidades, com elementos políticos e jurídicos de um Estado Conservador. Tal caracterização tem origem no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), em 2007, inserindo-se os 417 municípios baianos em 27 territórios, como política desenvolvimentista, estratégica para diminuição das desigualdades sociais, em regiões reconhecidas historicamente como de baixo crescimento econômico e social.

Vale mencionar que os avanços na implementação dos Territórios de Identidade na Bahia, advém da articulação entre Secretarias a partir de 2013, no período de transição entre o Governo Jaques Wagner (PT) e Rui Costa (PT). Essa estrutura funcional foi encabeçada pela SEPLAN; que enquanto Secretaria de Governo responsável pelo planejamento das ações, passou a trabalhar com outras Secretarias, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDH), Secretaria do Trabalho, Renda e Esporte (SETRE); com ações em rede para fortalecimento do território.

No Litoral Sul da Bahia, essa política de territorialização começou em meados de 2003, a partir da 1ª Oficina Territorial e fundamentou-se com o Grupo Gestor do Território Litoral Sul da Bahia. A partir desse marco inicial foram desenvolvidas as competências territoriais advindas do sentimento de pertencimento dos sujeitos sociais, sendo eles, instituições federais, estaduais, municipais, movimentos sociais, ONG's, Cooperativas, dentre outras, que resultaram na formação de um território diverso e plural.

Faz-se, portanto, como abordagem inicial, a necessária caracterização do espaço de estudo desta pesquisa, aqui identificado como Território de Identidade Litoral Sul e suas institucionalidades, características e especificidades, onde se considera a relevância de estudo da política de territorialização sistematizada no princípio desenvolvimentista, e que traduz de forma vaga o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-

americanas que se enredam no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento, carecendo da compreensão sobre de que forma as forças produtivas deveriam ser associadas à solução dos problemas fundamentais da população, reconhecidas e identificadas por esses sujeitos e analisando o alcance dessa política.

O Território Litoral Sul da Bahia, está localizado em sua maior parte na Região Litorânea Sul do Estado da Bahia, composto por 26 municípios, distribuído numa área de 15.886 km, abrangendo uma população de aproximadamente 772.683 hab. (IBGE, Censo Demográfico 2010) e possui diversos segmentos econômicos dentre os quais se destacam culturas como cacau, banana, café, mandioca, seringueira, coco e dendê. Este Território compreende em sua grande parte áreas remanescentes de Mata Atlântica, sendo que este ecossistema está entre as cinco regiões do planeta de maior prioridade para a conservação da biodiversidade.

Ressalte-se que a história da cacauicultura na Bahia se confunde com a própria história da região, pois, o cacau fez o desbravamento para o interior, fundou cidades, formou gerações. O cacau criou uma civilização no sul da Bahia, um patrimônio, uma identidade histórico-cultural determinada pela atividade agrícola. Sendo assim nota-se uma ligação estreita entre a questão agrária retratada no Território Litoral Sul e a saga do cacau, enquanto sustentáculo socioeconômico e cultural de uma região.

Com a crise da lavoura e a diversificação de culturas, muitos dos produtores não obtiveram êxito econômico em suas novas atividades, e acabaram se endividando, ficando sem condições de continuar produzindo em suas propriedades. Com isso veio o desemprego e conseqüentemente o êxodo rural, gerando uma verdadeira legião de desempregados do campo, causando então a substituição das grandes e médias propriedades por mini propriedades, advindas principalmente da reforma agrária.

É nesse ambiente com alta diversidade e complexidade cultural, onde se encontram indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, e população urbana, com uma estrutura socioeconômica diversa e de grande importância ambiental, em que está inserido o Território Litoral Sul da Bahia; que nos propomos a analisar a construção e implantação dessa política de territorialização e a utilização da governança territorial como ferramenta para

proposição e planejamento das ações para o desenvolvimento e diminuição das desigualdades sociais no Território.

3. GESTÃO TERRITORIAL

As ações de desenvolvimento territorial no TLS foram iniciadas através do Programa Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda em 2003; sendo posteriormente incorporado ao Programa Territórios da Cidadania e ao Programa Territórios de Identidade da Bahia. Assim sendo, um conjunto de políticas e ações foi direcionado para a população dos municípios componentes desse território, o que motiva e justifica uma análise da trajetória evolutiva dessa política.

À medida que os Territórios de Identidade (T.I.), são instituídos, a partir da Lei do Plano Plurianual de 2008 (Lei nº 10.705, de 14/11/2007), e, hoje, pela Lei 13.214/2014, eles passaram a ser uma realidade diferenciada da tradição administrativa do Estado e se tornaram uma condição política para o avanço democrático proposto pelo governo.

A proposta consistia em uma “governança territorial”, que, na Bahia, se inicia pelo Plano Plurianual Participativo (PPA-P), passa pelo Conselho de Acompanhamento do PPA (CAPP); pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETER). Sendo estes, as representações políticas dos territórios de identidade, a expressão de sua organização enquanto território, a representação de sua diversidade.

A Governança de um território é uma forma de governança política. A análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre sujeitos sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais. (PIRES et al., 2011, p. 35)

Faz-se necessário portanto, apresentar a formação e composição do Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER, além de analisar a evolução dos aspectos relacionados à geodemografia e a socio economia dos municípios que compõem o Território Litoral Sul (TLS) para a partir daí, confrontá-las com as estratégias elaboradas pelo colegiado territorial para a promoção de

desenvolvimento territorial, aqui identificados como Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDSS).

O primeiro PTDS do Território Litoral Sul, não trouxe grandes contribuições para a estruturação da política de territorialização, vez que trazia uma proposta técnica, baseada no modelo desenvolvimentista proposto pelo MDA, que não envolveu diretamente a sociedade civil organizada nem tão pouco instituições do Litoral Sul.

Já o segundo Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), fundamentou-se em três eixos principais – ambiental, econômico e social. Esse plano estratégico seria gerido pelo grupo gestor (GG) e pelo grupo gestor executivo (GGE) como instâncias administrativas do território. De forma paritária, o GG ou Colegiado Territorial foi formado por setenta (70) instituições selecionadas pela representatividade e importante atuação no território, sendo trinta e cinco (35) da sociedade civil organizada e trinta e cinco (35) do poder público. No balanço de 2010, da sociedade civil, são seis cooperativas de produtores e técnicos, oito organizações não governamentais (ONGs), uma (01) associação de prefeituras, duas (02) etnias indígenas, quatro (04) movimentos sociais, três (03) associações de agricultores, dois (02) conselhos municipais de agricultura, duas (02) associações de pescadores e marisqueiras, duas (02) representações sindicais, uma (01) associação de agentes comunitários, uma (01) associação de artesãos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o conselho quilombola e uma escola família agrícola (Brasil, 2010).

Em 2010, no GG do poder público, participaram: vinte e seis prefeituras (26 municípios que faziam a composição do TLS) e outras oito (08) instituições: Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Ceplac, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá), Diretoria Regional de Educação (Direc 7), Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (Brasil, 2010).

Como núcleo dirigente, o GGE, ou colegiado executivo, foi constituído de forma paritária por dezoito (18) instituições da sociedade civil e pelo poder público, dos setenta (70) membros que formam o GG. Atualmente três (03) instituições formam o Núcleo Diretivo do GGE: Movimento de Luta pela Terra – MLT,

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e a Associação dos Municípios da Região Cacaueira – AMURC.

Na verdade, o Colegiado Territorial se propõe a ser um espaço de participação envolvendo distintos sujeitos e, como em outros fóruns participativos, o papel desses sujeitos não está definido. Notadamente esse é um espaço de disputa e conflitos, em que interesses e capacidades particulares definem diferentes papéis.

Nessa perspectiva, o diagnóstico do CODETER, na avaliação do segundo PTDS, que integra o PTDS 2016, constatou que, embora o Colegiado tenha sido constituído com as setenta (70) instituições apresentadas e distribuídas de forma paritária entre a sociedade civil e o poder público, na prática, nem todas as instituições participam efetivamente, ou seja, não compareciam ou enviavam representantes. No caso do poder público local, mais de 50% das prefeituras não enviam representantes, por isso tornou-se necessário renovar o regimento interno, exigir a nomeação de novos representantes, a substituição de entidades ou mesmo exclusões.

Em documento expedido pelo CODETER, à época, está registrado que há grande divergência de interesses e dificuldades para solucionar conflitos no colegiado territorial, o que limitava o processo de desenvolvimento territorial sustentável no TLS. O colegiado se caracteriza por disputas pelo poder político e a reduzida relação de confiança, comprometendo a pactuação e a articulação de projetos. Sinalizando reduzida participação do poder público municipal, e quando esta ocorre fica limitada às secretarias de agricultura e meio ambiente. A participação efetiva fica restrita a poucas instituições, comprometendo a legitimidade das decisões das plenárias (Brasil, 2011).

A partir das orientações da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário (CNDRSS) realizada em 2013 e em conformidade com a resolução Nº 100 de 22/12/2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), surge a necessidade de revisão e atualização do PTDSS, elaborado à luz do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), adotando a denominação de Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) em 2016.

Segundo diagnóstico realizado pelo CODETER, no período de 2000 a 2010, que serviu de base fundamental para o PDTSS/2016, foram considerados diversos fatores tidos como relevantes para uma suposta “redução da desigualdade de renda

familiar no Brasil e em especial no Território Litoral Sul”. O CODETER destaca entre esses fatores as transferências do governo como aposentadorias, pensões públicas e programa Bolsa Família, políticas de inclusão social, e como ação territorial a criação de novos postos de trabalho.

A partir da análise desses dados, evidencia-se a falta de articulação territorial, que tem como origem primária a ausência do Estado como elemento articulador de garantias constitucionais no campo da política social. Revela-se a fragilidade da gestão territorial, a partir do momento em que reconhece a lógica municipal que se dá de acordo com as articulações e interesses municipalistas, como fator dificultador para o alcance dos objetivos da política de territorialização.

No que diz respeito às características geográficas e demográficas, foi possível compreender que, à exceção de Itabuna e Ilhéus, municípios de grande porte que compõem o Território, os demais municípios têm perfil rural; e que dada a extensa área e elevada população, foi observada a dificuldade de articulação para a construção de um pacto territorial capaz de dar maior dinamismo econômico ao Território Litoral Sul (IBGE 2010).

Acerca dos aspectos da economia do território, à exceção de Itabuna (que concentra sua economia no setor de serviços e comércio) e Ilhéus que concentra alguma estrutura voltada a serviços e turismo, os demais municípios se concentram no setor produtivo e agropecuário, especialmente na cultura do cacau e pouco abarca outros setores, como o urbano, o cultural e o de artesanato, entre outros.

Ou seja, percebe-se que o vínculo da monocultura do cacau se instituiu na região como traço cultural desde sua formação, sendo responsável inclusive, pelo êxodo rural, formando o que podemos chamar de bolsões de pobreza, na periferia das cidades que de maior porte, a exemplo de Itabuna e Ilhéus, vez que na sua maioria, essa população, não encontra oportunidade de trabalho em seus municípios de origem.

Analisando no conjunto, o território carece de ações mais articuladas no que diz respeito à gestão territorial, com foco na relação entre o Colegiado Territorial, as representações municipais e o Governo do Estado; o que possibilitaria o ataque de alguns dos problemas econômicos/produtivos do território, não evidenciados no PPA Estadual dos dois últimos quadriênios.

Tal realidade, demonstra claramente a diminuta compreensão e comprometimento das instâncias representativas com relação à política de

territorialidade, e por conseguinte a fragilidade da representatividade e envolvimento dos entes constituintes da estrutura territorial, a exemplo da não participação dos povos tradicionais e de outras representações identitárias na estrutura do CODETER.

4. DESAFIOS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO

Ocorre que a necessidade do território é exatamente evitar o municipalismo dos investimentos e sair das armadilhas dos silogismos localistas, para uma esfera estratégica, que seria articular as políticas públicas e os sujeitos a elas relacionados, promover a cooperação dos entes federados, colaborar na definição das prioridades territoriais e informar sobre as especificidades territoriais, a partir da identificação e reconhecimento de suas próprias demandas e possibilidades para a melhoria da vida no território.

Certo é que a estratégia para esta ação de perspectiva “coletivista e integrativa”, contida na Resolução Nº 002/2011 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) recomenda ao funcionamento dos CODETER, que os mesmos tenham uma dinâmica de trabalho adequada para que sejam capazes de realizar o monitoramento e a gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável: “[...] tendo para isso que implementar processos democráticos de coordenação e decisão, de modo a consolidá-los como espaços efetivos de gestão social dos Territórios de Identidade da Bahia”. (BAHIA, 2011, p. 47).

Portanto, tal condição tornou-se um dos grandes entraves na execução da política de desenvolvimento territorial na Bahia, haja vista que a composição do CODETER deve se adequar a tarefa de gestão e monitoramento das ações territoriais. A “capacidade institucional adequada aos desafios” a que se refere a Resolução Nº 002, remete a um nível de maturidade social que não está dado na realidade baiana, na maioria, senão na totalidade dos territórios, sendo essa a questão de fundo a ser resolvida no arcabouço desta política de desenvolvimento territorial.

Concorda-se com Abromovay (2000) quando informa que territórios não são entidades já dadas, naturais, mas formas originais de determinadas interações

sociais e: “[...] da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir”. (ABROMOVAY, 2000, p. 7).

Nessa perspectiva, consideramos que não se resolve tal fragilidade do CODETER por decretos, ou mesmo por políticas pontuais de algum segmento ou setor da economia ou da sociedade e ainda que tal estratégia não se legitima, vez que prescinde de articulação e legitimação por parte do governo, que se utiliza de uma imagem de ação democrática para fins meramente políticos.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa encontra-se em fase inicial e integra um estudo de mestrado na área de serviço social e política social. As análises realizadas, apontam que a política de territorialização implantada pelo Governo do Estado da Bahia, encontra alguns óbices, haja vista que tal política não se sustenta como estratégia para superação das desigualdades sociais, vez que prescinde da articulação com as instâncias estaduais e federais, e que as ações do governo sob a forma de diretrizes, expressam a racionalidade hegemônica do conjunto das forças e sujeitos políticos que atuam no território.

Em se tratando da realidade brasileira, a prática do planejamento nos remete ao período ditatorial em que por meio de tal instrumento obteve-se como resultado, a primazia da técnica e da retórica de governo, em prol de uma dissimulada modernização estatal, adquirida por meio de uma operacionalidade burocrática em todos os níveis de governo, manipulada para os interesses dominantes (ABREU, 2016).

Outro óbice a ser considerado diz respeito à pouca representatividade a nível identitário, vez que a composição do CODETER, exclui os povos tradicionais, a exemplo dos indígenas e quilombolas e que, portanto, não se constitui como proposição válida na utilização dos recursos públicos.

Além disso, a extensão territorial é outro fator a ser analisado, tendo em vista que, à exceção de Itabuna e Ilhéus, municípios de grande porte que compõem o Território, os demais municípios têm perfil rural; e dada a extensa área e consequente elevada população (757.822 habitantes segundo IBGE 2010),

constata-se a dificuldade de coesão para a construção de um pacto territorial capaz de propiciar dinamismo econômico ao Território.

Portanto, na avaliação dos resultados da política de territorialização, observa-se a falta de consistência e aprofundamento nas recomendações apresentadas no PTDS, que não levam em consideração as demandas efetivas da economia local e propõem saída pela potencialização dos indivíduos em busca de formas alternativas de superação das desigualdades sociais, a exemplo da prioridade apresentada para ações voltadas para o empreendedorismo individual.

Abreu (2016) ressalta que, “na abordagem governamental, verificou-se que o território é convencionalmente tratado como uma das apostas adequadas ao modelo do novo desenvolvimento, colocando-o como instrumento capaz de dinamizar a economia e como componente do pacote anticíclico, no contexto da crise contemporânea do capital”.

Nessa trajetória, entendemos que em linhas gerais, os Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável, propostos pela CODETER como ação de governança territorial, evidencia a inconsistência dos objetivos propostos para o TLS, como estratégia de desenvolvimento e superação das desigualdades, por não consideram as variáveis contraditórias da realidade local, os processos históricos, os conflitos e crises que também são reveladores desses processos, nos quais emergem o papel fundamental da luta de classes, na proposição de alternativas que cheguem além das propostas reformistas apresentadas até então, como estratégia para superação da crise endêmica do capitalismo burguês.

E que portanto não se pode afiançar uma política de desenvolvimento territorial onde persiste o individualismo e o municipalismo como pano de fundo das ações e estratégias, tornando tal proposição de combate às desigualdades sociais em uma falácia; que tem sua origem no jogo capitalista para manutenção dos privilégios em uma região marcada desde sua origem pelo colonialismo e escravidão, onde as diversidades regionais e históricas, servem para ocultar as atrocidades cometidas contra os povos tradicionais, ao estímulo disfarçado aos conflitos por demarcação dos territórios indígenas, em que perduram a ação perversa dos Estado, que insiste em colocar pequenos agricultores contra povos indígenas, a exemplo ao que acontece no município de Buerarema, que desde 2004, é palco do povo Tupinambá em sua luta ancestral.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista Economia Aplicada* — n° 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ABREU, M.H. ELPÍDIO. Território, Política Social e Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010 - Rio de Janeiro, 2011.

MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs.). *Democracia e Governança Mundial – Que Regulações para o Século XXI*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p. 266-291.

DALLABRIDA, V. R. A dinâmica territorial do desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. Santa Cruz do Sul (RS): UNISC, 2005. (Tese de Doutorado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado - Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA - SEPLAN/BA. Política Territorial.

SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). 1992. Região Sul da Bahia: panorama geoeconômico. Salvador: SEI.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

PIRES Elson et al. Governança territorial: conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: UNESP - IGCE : Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.



AUTORES

Ana Maria Carvalho Cruz Vatin

Mestrado em andamento pelo Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios (PPGPST) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Pesquisadora do Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação (GTSSEDU)

Email: anamariacarvalho@aluno.ufrb.edu.br

Diego Pita Ramos

Graduado em Sociologia, Ciências Econômicas, e Gestão Ambiental. É mestre em Planejamento Territorial, e atua como professor no ensino médio e técnico, e no nível superior.

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Professora do IFRN e Doutora em Educação (UFRN). E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br

Haron Barberio Francelin

Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Possui Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Central Paulista. (2022). Possui Mestrado pela Universidade Federal de São Carlos no Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGPOL (2023). Atualmente faz parte do Programa de Pós Graduação em Ciência Política -PPGPOL na qualidade de doutorando. Atualmente tem como linha de pesquisa o Supremo Tribunal Federal (STF) através da metodologia prossopografica e das dinâmicas de recrutamento, no recorte pós-democratização; Contato: haron540@hotmail.com

Iuri Nobre dos Santos

Discente do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST. Membro dos Grupos de Pesquisa Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento Social, Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Interdisciplinaridade em Saúde. E-mail:iurinobredossantos@gmail.com

Ivana Lúcia da Silva

Professora do IFRN e doutoranda do PPGEP/IFRN. E-mail: ivana.silva@ifrn.edu.br

Jucileide Ferreira do Nascimento

Docente POSTERR/CAHL/UFRB. Doutora em Política Social/UnB. E-mail: jucileide@ufrb.edu.br

Lais Spinola Pinheiro

Mestra em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL. E-mail: lais.spinola@outlook.com

Sara França Spinola

Mestra em Políticas Sociais e Territórios/UFRB. E-mail: saritaspinola@gmail.com

Von Klaus Dantas Bezerra

Secretário Executivo no IFRN e mestrando do PPGEP/IFRN. E-mail: klaus.bezerra@ifrn.edu.br



ISBN 978-658528417-2



9

786585

284172